

**DIÁRIO**

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 135

SEXTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667**, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "ORGANIZA E DISCIPLINA OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Reedição da MP Nº 627/94).

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado CHICO VIGILANTE.	052
Deputado JACKSON PEREIRA.	006, 007, 009, 011, 014, 015, 016, 017, 019, 022, 025, 029, 031, 033, 034, 035, 037, 038, 041, 042, 043, 044, 054, 055
Deputado JOSÉ CARLOS SABOIA.	001, 002, 003, 004, 013, 018, 021, 030, 040, 046, 053
Deputado MARCELINO R. MACHADO.	005
Senador MAURÍCIO CORRÊA.	027, 051
Deputado PAULO PAIM.	008, 010, 012, 020, 023, 024, 026, 028, 032, 036, 039, 047, 048, 049
Senador PEDRO SIMON.	045
Deputado RUBÉM MEDINA.	050

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/10/1994

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994

DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

Art. 1º

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo visa a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e administração financeira do Tesouro Nacional.

J U S T I F I C A T I V A

Estas atribuições não devem ser de responsabilidade de um sistema que desempenha ações formais e estáticas, mas, a órgãos envolvidos na produção de bens e serviços.

ASSINATURA

[Assinatura]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/10/1994 Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994

DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

Art. 2º

fiscalizar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

JUSTIFICATIVA

O sistema de Controle Interno, de que trata a lei maior, estabelece regras e princípios gerais. Neste caso, o Sistema de Controle Interno compreende duas vertentes, uma ex-ante e outra ex-post.

A ex-ante desempenha uma ação programática e dinâmica, ao passo que, a ex-post uma ação formal e estática. Enquanto, a execução orçamentária, fundamenta-se na programação físico-financeira, a fiscalização baseia-se no registro desses atos e fatos administrativos.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/10/1994 Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994

DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

Art. 2º

II

II - comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

J U S T I F I C A T I V A

O sistema de Controle Interno, de que trata a lei maior, estabelece regras e princípios gerais. Neste caso, o Sistema de Controle Interno compreende duas vertentes, uma ex-ante e outra ex-post.

A ex-ante desempenha uma ação programática e dinâmica, ao passo que, a ex-post uma ação formal e estática. Enquanto, a execução orçamentária, fundamenta-se na programação físico-financeira, a fiscalização baseia-se no registro desses atos e fatos administrativos.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 667

00004

27/10/94

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994

DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA

Nº PROJETO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GERAL

PÁGINA

Art. 39

LÍNEA

INCLUI

ALÍNEA

TEXTO

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo compreende as atividades de Auditoria e Fiscalização, sob a orientação técnica e normativa da Secretaria Federal de Controle, e pelas atividades de Administração Financeira e Contabilidade, sob a orientação técnica e normativa da Secretaria do Tesouro Nacional.

J U S T I F I C A T I V A

A expressão "Avaliação da Gestão" visa assegurar um controle preventivo e permanente dos gastos públicos, a cargo daqueles órgãos que desempenham ações programáticas.

Enquanto, a fiscalização está calcada em duas ações básicas, sendo uma corretiva e a outra repressiva, ambas fundamentadas nos registros das ações programadas.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1		2	
MEDIDA PROVISÓRIA		11000667	
667/94		20005	
3		4	
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Marcelino Romano Machado		1813-1	
5		6	
DATA		ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA	
23 09 / 94		4º IV	
7		8	
TÍTULO		PÁGINA	
		1/1	

Emenda Supressiva

Suprima-se do inciso IV do art. 4º a expressão: "e do Ministério Público da União".

JUSTIFICATIVA

O inciso IV do art. 4º da medida Provisória nº 627, de 23/09/94 é inconstitucional sob três aspectos, porquanto:

a) desrespeita a autonomia administrativa do Ministério Público da União, assegurada pela Constituição Federal (art. 127, § 2º) e corporificada nos arts. 22 e seguintes da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, especialmente art. 23, § 2º. Subordinar o controle interno do MPU ao Poder Executivo seria, portanto, tornar nula a autonomia e retroceder ao regime anterior à Constituição Federal de 1988.

b) O controle interno próprio, a ser exercido pelo próprio MPU, como expressão de sua autonomia, está previsto e instrumentalizado em Lei Complementar (nº 75/93) - diploma de hierarquia superior à Medida Provisória - não podendo por esta ser alterada.

c) O Procurador-Geral da República possui a iniciativa do processo legislativo para "propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviço auxiliares" (CF 88, art. 127, § 2º), de sorte que caracteriza invasão de competência incluir a disciplina do controle interno do Ministério Público da União, em Medida Provisória de autoria do Presidente da República. Aliás, em cumprimento à Carta Magna e à Lei Complementar nº 75/93, o MPU já assumiu, desde 1º/01/94, o seu controle interno próprio, deixando de haver, desde então, subordinação ao Ministério da Fazenda.

AMINTAS

MP00667

00002

17/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, de 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

redação:

Dê-se ao inciso IV do art. 4º a seguinte

"Art. 4º

IV - na qualidade de órgãos seccionais, as unidades de auditoria interna das autarquias e fundações públicas, respeitada a vinculação ao respectivo órgão da Administração Federal Direta, e asseguradas aos seus integrantes as mesmas prerrogativas e vantagens dos demais integrantes das Carreiras do Controle Interno."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

MP00667

00007

Dê-se ao "caput" do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo tem como órgão central a Secretaria Central de Controle Interno, diretamente vinculada ao Presidente da República, compreendendo:

....."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

HP 00667

00008

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao "caput" do art. 4º, a seguinte redação:

"Art. 4º. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo tem como órgão central a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e compreende:"

JUSTIFICAÇÃO

O fortalecimento institucional do Sistema de Controle Interno é fundamental para que se recupere minimamente o controle sobre os gastos públicos, atendendo ao mandamento constitucional e às necessidades constatadas e reafirmadas pelas recentes CPIs Collor-PC e do Orçamento.

Todavia, é evidente que não se pode subordinar o órgão de controle à mesma autoridade responsável pela administração financeira. O Ministério da Fazenda não é o órgão apropriado para controlar os gastos públicos, em vista de sua missão histórica de responder pela arrecadação, pela administração financeira e pela contabilidade públicas. É preciso que um órgão com "status" mais próximo do Presidente da República seja o responsável pelo controle da gestão pública, perpassando todos os ministérios. A SEPLAN foi, até 1985, o órgão central do Sistema de Controle Interno, função que exercia por meio da Secretaria Central de Controle Interno - SECIN. A partir de 1985, contudo, a SECIN foi transferida para o Ministério da Fazenda, e em 1986 foi extinta, tendo suas competências sido absorvidas pela então criada Secretaria do Tesouro Nacional. Este processo redundou no desmonte do Sistema de Controle Interno, na sua relegação a um plano hierárquico inferior e no seu enfraquecimento institucional. A permanência da função controle interno na órbita da Fazenda não permitirá superar a situação, ao passo que sua vinculação à SEPLAN, além de desafogar a Presidência da República - o que ocorreria com a inclusão do órgão como Secretaria diretamente ligada ao Presidente - permite sua inserção num órgão estratégico, que tem a natureza de *órgão essencial da Presidência da República*, de acordo com a Lei nº 8.490/94 e a própria Constituição Federal.

Além destes aspectos históricos, é necessário manter a própria coerência com o modelo proposto: a função controle é indissociável da função planejamento, a qual inclui a programação orçamentária e a avaliação das políticas públicas. Da mesma forma, a criação da Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, inserida pela Medida Provisória como órgão da SEPLAN, reforça a tese de que deve-se atribuir à Presidência da República, através da SEPLAN, o controle e a avaliação da gestão das políticas e dos gastos públicos. Nestes termos, propomos que seja a SEPLAN o órgão central do Sistema, ao qual ficará subordinada, hierarquicamente, a Secretaria Federal de Controle, ao passo que a Secretaria do Tesouro Nacional, embora também integre o Sistema, sujeitando-se à integração definida pelo Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno, deverá permanecer como órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, 25/10/94

DEP. PAULO PAIM
PT/RS

HP 30357

00000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994.**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º Integram a Secretaria Federal de Controle:

I - as unidades setoriais de controle interno:

a) dos órgãos da Presidência da República, ressalvado o caso do Ministério Público da União;

b) dos ministérios;

II - as unidades regionais do controle interno nos Estados, denominadas Delegacias Federais de Controle;

III - a Corregedoria-Geral do Controle Interno".

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.



Deputado JACKSON PEREIRA

MP 667

00010

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do art. 5º para a seguinte:

"Art. 5º. Integram a Secretaria Federal de Controle:

I - os órgãos setoriais de controle interno:
a) dos órgãos da Presidência da República;
b) dos ministérios civis;

II - as unidades seccionais do controle interno nos estados, denominadas Delegacias Regionais de Controle;

III - a Corregedoria-Geral do Controle Interno.

Parágrafo único. Os ministérios militares manterão estruturas próprias para as atividades de controle interno, ficando subordinadas normativa e tecnicamente ao Sistema de Controle Interno."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora propomos visa superar dois problemas contidos na redação original. O primeiro é que não se justifica assegurar a integração sistêmica sem assegurar a autoridade hierárquica da Secretaria Federal de Controle sobre as unidades de controle dos Ministérios. Para o conjunto dos ministérios, a regra é válida, mas a redação excetua os Ministérios Militares, o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria-Geral da Presidência. Entendemos que, face às peculiaridades da hierarquia militar e de sua situação funcional, é compreensível - pelo menos no momento - que os Ministérios Militares continuem a ter o comando dos seus órgãos seccionais de controle, mantendo para tanto estrutura própria e que não se confunda com a do Sistema. Mas, no tocante aos demais, especialmente o MRE, é plenamente coerente com a lógica do sistema que as unidades seccionais de controle sejam integradas ao órgão central. O outro problema é que o inciso I se refere a "órgãos seccionais", formulação que é incorreta, já que não identifica as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios, como pretende, mas as auditorias e órgãos similares das autarquias e fundações por eles supervisionadas.

Sala das Sessões, 25/10/94

DEP. PAULO PAOLI
PT/RS

GER 3.17.23.004-2 - (MAUS)

MF 00667

00011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

redação:

Dê-se ao parágrafo único do art. 8º a seguinte

"Art. 8º

Parágrafo único. A Presidência do Conselho Consultivo será exercida pelo Secretário Central de Controle Interno, com direito a voto de qualidade."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.


Deputado JACKSON PEREIRA

MF 00667

00012

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 8º, parágrafo único a seguinte redação:

"Art. 8º...

Parágrafo único. A Presidência do Conselho Consultivo será exercida pelo Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN com direito a voto de qualidade."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle à SEPLAN, impõe-se atribuir ao Ministro de Estado-Chefe deste órgão a competência originalmente atribuída ao Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, 25/10/94

DEP. PAULO PAIM
PT/RS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/10/94 Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994

DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

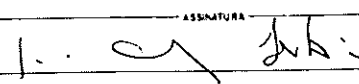
Art. 9º e 10

Suprimam-se os arts. 9º e 10.

JUSTIFICATIVA

A supressão dos citados dispositivos baseia-se nas atribuições privativas do Presidente da República (CF, art. 84, VI). Além de inconstitucional, dificultará a organização e o funcionamento da administração federal.

ASSINATURA

1. 

HP000007

000014

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se aos incisos VII e XII do art. 9º a seguinte redação:

"Art. 9º

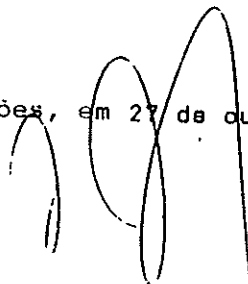
...

VII - realizar o acompanhamento e a avaliação dos programas de governo e prestar informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e atividades constantes dos orçamentos da União.

...

XII - fornecer todos os meios e informações disponíveis às entidades da sociedade civil em todos os níveis, possibilitando-lhes a participação efetiva no acompanhamento e fiscalização de programas executados com recursos dos Orçamentos da União."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.



Deputado JACKSON PEREIRA

11200667

00015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o inciso XIV ao art. 10, com a seguinte redação:

"Art. 10.

XIV - autorizar e possibilitar, por todos os meios, acesso irrestrito às entidades da sociedade civil, em todos os níveis, aos dados sobre a execução orçamentária e financeira da União, bem como sobre sua situação patrimonial."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA ADITIVA

11200667

00015

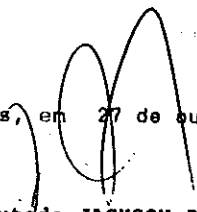
Acrescente-se o parágrafo único ao art. 10, com a seguinte redação:

"Art. 10.

Parágrafo único. No exercício das funções previstas neste artigo, o Secretário Central de Controle Interno e o Secretário do Tesouro Nacional terão como órgão consultivo a Comissão de Programação Financeira, da qual

participarão na qualidade de Presidente e Secretário-Executivo, respectivamente, e cuja composição será definida em ato do Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias da aprovação desta Lei."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.


Deputado JACKSON PEREIRA

MF00667

00017

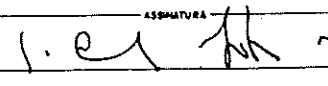
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se no art. 11, § 1º, alíneas "b" e "c", a palavra "controle".

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.


Deputado JACKSON PEREIRA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MP00667 00018
27/10/94	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994	
AUTOR DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA		Nº FOLIO 1
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
ART. 11 e 13	TEXTO	
<p>13. Suprimam-se a letra f, do § 1º do art. 11 e o art.</p> <p style="text-align: center; margin: 20px 0;">J U S T I F I C A T I V A</p> <p>Devido a impropriedade de se incluir uma fundação que não faz parte da administração direta (Decreto-lei nº 900/69, arts. 2º e 3º; CF, art. 37) nos sistemas de planejamento e orçamento.</p>		
ASSINATURA 		

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUPRESSIVA

MP00667

00019

Suprima-se o § 6º do art. 11.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, aos parágrafos 1º e 6º do art. 11, a seguinte redação:

"Art. 11...

§ 1º. Integram os Sistemas de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo da União:


- I - os órgãos específicos e comuns integrantes da estrutura básica da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República;
- II - a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- III - a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; ..
- IV - na qualidade de órgãos setoriais, as unidades setoriais de planejamento e orçamento dos ministérios civis, militares e órgãos da Presidência da República.
- V - na qualidade de órgãos seccionais, as unidades de planejamento e orçamento das entidades da Administração Pública Federal indireta e fundacional, respeitada a vinculação ao respectivo órgão da Administração Federal Direta.

§ 6º. Sem prejuízo do disposto no § 2º desta Lei, os órgãos integrantes dos Sistemas de Planejamento e Orçamento realizarão ou subsidiarão, através dos instrumentos próprios, o acompanhamento e avaliação dos planos, programas e ações de Governo, como parte do processo de avaliação da gestão de recursos públicos, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

JUSTIFICAÇÃO

A formulação original dos parágrafos ora emendados explicita, como integrantes dos Sistemas de Planejamento, as Secretarias de Planejamento e Avaliação e de Orçamento Federal da SEPLAN, bem como o IPEA. Deixa de fora, no entanto, os demais órgãos integrantes da estrutura da SEPLAN, especialmente a Secretaria de Assuntos Internacionais, e o IBGE. É da história e da essência desses órgãos integrarem o processo de planejamento e orçamentação, o que exige reformulação do artigo para que sejam considerados. Quanto ao IBGE, é sempre importante lembrar que sua missão institucional é a de promover a pesquisa, produção, análise e difusão de informações e estudos, em sua área de competência, relacionados com os programas e projetos de desenvolvimento nacional - ou seja, voltados para o processo de planejamento governamental. Relativamente ao inciso IV, promovemos correção redacional, melhor ajustada a nomenclatura dos respectivos órgãos.

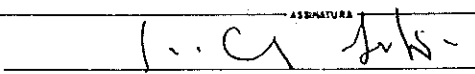
Sala das Sessões, 27/10/94


DEP. PAULO PAIM
PT/RS

19F00667

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/10/94		Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994	
AUTOR		Vº PROPOSTOR	
DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
Art. 12		ALÍNEA	
<p>Os cargos da Carreira Finanças e Controle integram a estrutura de recursos humanos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, cujo o exercício será definido por ato do Ministro de Estado da Fazenda.</p> <p style="text-align: center;">J U S T I F I C A T I V A</p> <p>Sugerimos a supressão deste artigo, por se tratar de matéria da exclusiva competência da Secretaria de Administração Federal - SAF.</p>			
ASSINATURA 			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

19F00667

MEDIDA SUBSTITUTIVA

00022

Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12. Os cargos da Carreira Finanças e Controle integram a estrutura de recursos humanos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, cujo exercício será definido por ato do Secretário Central de Controle Interno."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.


Deputado JACKSON PEREIRA

117 000 5217

000 000 000

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

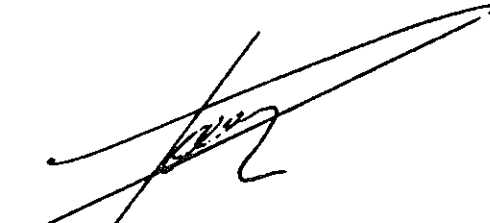
Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12. Os cargos da Carreira Finanças e Controle integram a estrutura de recursos humanos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, cujo exercício será definido por ato do Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN, obedecidos os quantitativos fixados com base no disposto no art. 7º, inciso IV desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle à SEPLAN, impõe-se atribuir ao Ministro de Estado-Chefe deste órgão a competência para definir o exercício dos ocupantes de cargos da Carreira de Finanças e Controle. Contudo, o exercício deve ser condicionado a quantitativos a serem fixados, em cada órgão do Sistema, de acordo com as normas definidas pelo Conselho Consultivo de Controle Interno, a quem incumbe promover a integração dos mesmos e articular as ações sistêmicas.

Sala das Sessões, 25/10/94


DEP PAULO PAIM
PT/RS

MF00667

00024

Medida Provisória nº667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os sistemas de Controle Interno e de planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao título IV, capítulo I, o seguinte artigo:

Artigo . O exercício dos servidores a que se referem os arts. 12 e 13 dar-se-á na conformidade das atribuições dos cargos respectivos.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1994.


-Dep. Paulo Paim
PP/RS

MF00667

00025

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA E ADITIVA

Dê-se ao art. 16 a seguinte redação:

"Art. 16. O Secretário Central de Controle Interno será indicado pelo Presidente da República, devendo seu nome ser aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 1º O Secretário Central de Controle Interno só poderá ser destituído, por iniciativa do Presidente da República ou de qualquer bancada ou grupo parlamentar do Senado Federal, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 2º O Secretário Federal de Controle e o Secretário do Tesouro Nacional serão designados pelo Secretário Central de Controle Interno, depois de sabatinados pelo Senado Federal."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.


Deputado JACKSON PEREIRA

MF00667

00026

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 16, a seguinte redação:

"Art. 16. O Secretário Federal de Controle terá mandato de dois anos, renovável uma única vez, e será nomeado pelo Presidente da República após aprovação do seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 1º. A destituição do Secretário Federal de Controle ocorrerá mediante iniciativa do Presidente da República submetida à aprovação, pelo voto secreto, da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 2º. Os titulares das unidades setoriais a que se refere o art. 4º, inciso IV, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista tripla elaborada pelo Secretário Federal de Controle e encaminhada pelo Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN."

JUSTIFICAÇÃO

A fim de que se assegure ao titular da Secretaria Federal de Controle as condições ideais para o exercício do cargo, são necessárias três condições: estabilidade, isenção e respaldo político. Sendo órgão integrante da estrutura de assessoramento ao Presidente da República, o seu titular deve ser da confiança deste. É necessário, contudo, que tenha garantias para o exercício do cargo, não podendo ser afastado a qualquer tempo. A principal garantia se materializa num mandato fixo, mas o respaldo político para que atue de forma autônoma se consolidará pela aprovação de seu nome pelo Senado Federal. No tocante aos órgãos setoriais de controle interno, supera-se, pela

emenda ora apresentada, o problema atualmente existente de ser o titular do órgão setorial escolhido pelo Ministro da pasta que deverá controlar, o que o coloca numa situação de subordinação tanto hierárquica quanto funcional. Assegurar maior autonomia a este "controlador", que será indicado pelo Ministro da SEPLAN e nomeado pelo Presidente da República é, portanto, também fundamental para assegurar a eficácia da sua atuação.

Sala das Sessões, 25/10/94

DEP. PAULO DAHM
DT/RS

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 16 a seguinte redação:

Art. 16. O Secretário Federal de Controle será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de 3 (três) anos, após aprovação do seu nome por maioria absoluta dos membros do Senado Federal, permitida uma recondução."

§ 1º A exoneração do Secretário Federal de Controle, no transcurso do seu mandato, só poderá ser efetivada após apreciação pelo Senado Federal do pedido de exoneração apresentado pelo Chefe do Poder Executivo ou cidadão em pleno gozo dos seus direitos, indicando o ato ou fato que justifique o pedido de exoneração."

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o cargo de Secretário Federal de Controle DAS - 101.6 em cargo de natureza Especial."

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, ao promover uma reforma administrativa, cuidou de criar mecanismos para que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, desmantelado durante a gestão Collor de Melo, pudesse ser reorganizado. Em especial obrigou que fossem criadas condições mínimas de segurança para que o futuro titular do cargo de Dirigente Máximo desse Sistema pudesse agir independentemente da vontade dessa ou daquela autoridade.

Diz o artigo 19 da citada Lei, em seu parágrafo segundo:

"Parágrafo Segundo. Lei específica disporá sobre a estrutura e competência da Ouvidoria Geral da República (inciso I) e da Secretaria-Central de Controle Interno (inciso II), bem como sobre as *garantias* de seus titulares." (grifo nosso)

O projeto de Lei da Ouvidoria-Geral, quando foi enviado ao Congresso Nacional, definiu a garantia do cargo com mandato de 2 (dois) anos, para o Ouvidor-Geral.

Agora o Poder Executivo remete o texto legal sobre a Secretaria responsável pelo Sistema de Controle de gastos públicos.

Acreditamos que só um lapso do Poder Executivo poderia justificar a não inclusão no texto da Medida Provisória de um artigo que trate das **GARANTIAS** do titular do cargo de Secretário Federal de Controle.

Criar o cargo de dirigente máximo de uma estrutura de controle de gastos públicos - que se insere dentro de uma visão política de prioridades governamentais - e não lhe atribuir uma garantia contra a exoneração intempestiva, e talvez, motivada por interesses meramente contrariados, é uma atitude, no mínimo desaconselhável.

Para a exoneração, que poderá ocorrer, afinal ninguém é intocável, o estado deve agir com cautela, estabelecendo-se em Lei, um roteiro indispensável que também deve ser incluído pelo Congresso Nacional, haja vista, a omissão no texto original.

A autorização para que o Poder Executivo transforme o cargo de Secretário Federal de Controle em cargo de natureza Especial é para compatibilizar o cargo com o mandato.

A Câmara dos Deputados aprovou em 21.06.94, o Projeto de Resolução nº 214/94, que criou a Secretaria de Controle Interno da Câmara e assegurou que o titular desse Órgão terá mandato de 2 (dois) anos, o que lhe assegurará a necessária autonomia para o exercício de suas atividades.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1994.

Senador Mauricio Correa
PSDB-DF, Prontuário 071

MP 667

1994

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 17, a seguinte redação:

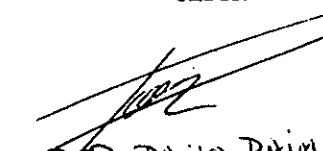
"Art. 17. Os cargos em comissão no âmbito do Sistema de Controle Interno e dos Sistemas de Planejamento e Orçamento serão providos, preferencialmente, por ocupantes dos cargos permanentes constantes dos artigos 12 e 13, devendo as funções de direção e chefia ser preenchidas, em caráter privativo, por estes servidores.

Parágrafo único. Para os fins do "caput" consideram-se cargos em comissão os cargos de direção e assessoramento superiores dos dois níveis hierárquicos mais elevados da estrutura organizacional dos órgãos de estrutura específica ou comum integrantes do Sistema."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do art. 17 estabelece a preferência para o exercício de cargos de confiança, no sistema, por parte das carreiras integrantes do "ciclo de gestão". Contudo, é notório o fato de que tal "preferência" resulta inócua, devendo ser buscada fórmula que assegure de maneira mais eficaz a profissionalização dos cargos de confiança. O PL nº 4.407/94, do Poder Executivo, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, e a Lei nº 8.911/94 indicam o caminho: é necessário definir, como cargos de livre provimento, apenas os dos dois níveis hierárquicos superiores, a fim de que os demais sejam exercidos, em caráter exclusivo, por profissionais de carreira. É com o objetivo de sistematizar e integrar o texto da MP a tais iniciativas e necessidades que propomos a presente emenda.

Sala das Sessões, 25/10/94


DEP. PAULO PINA
PT/RS

MP00667

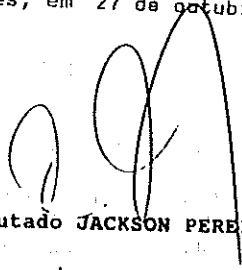
00039

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA ADITIVA

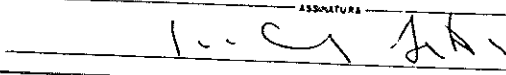
Acrescente-se ao "caput" do art. 18 a expressão
"Secretário Central de Controle Interno".

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.


Deputado JACKSON PEREIRA

MP00667

00030

DATA 27/10/94	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994
AUTOR DEP. JOSÉ CARLOS SABOTA	Nº PRONTUÁRIO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
RÉGUA	ARTIGO Art. 19
PARÁGRAFO	
INCLUIÇÃO	
ALÍNEA	
TEXTO	
<p>Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos integrantes da Carreira Finanças e Controle, no exercício das atribuições inerentes às atividades de Auditoria e Fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa.</p>	
JUSTIFICATIVA	
<p>A expressão "Avaliação da Gestão" visa assegurar um controle preventivo e permanente dos gastos públicos, a cargo daqueles órgãos que desempenham ações programáticas.</p> <p>Enquanto, a fiscalização está calcada em duas ações básicas, sendo uma corretiva e a outra repressiva, ambas fundamentadas nos registros das ações programadas.</p>	
ASSINATURA 	

MP 00667

00031

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 20 a seguinte redação:

"Art. 20. A Secretaria Central de Controle Interno estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão poderá ser informado sobre os dados oficiais do Governo Federal relativos à execução orçamentária, financeira e à situação patrimonial da União."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MP 00667

00032

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 22, a seguinte redação:

"Art. 22. Os candidatos preliminarmente aprovados em concursos públicos para provimento dos cargos de que tratam os art. 12 e 13 farão jus, durante o programa de formação, a título de auxílio financeiro, a até 80 % (oitenta por cento) da remuneração do cargo a que estiverem concorrendo, conforme definido em regulamento."

JUSTIFICAÇÃO

Por uma falha aparente de redação, foi assegurada pela redação original do artigo o auxílio financeiro apenas aos candidatos a cargos de carreiras de Finanças e Controle e Planejamento e Orçamento, deixando de ser alcançados os Especialistas em Políticas Públicas, Técnicos de Planejamento e do IPEA. Como medida de isonomia, impõe-se estender este benefício, de forma explícita, a todos os cargos que integram a estrutura de recursos humanos dos Sistemas alcançados pela MP.

Em segundo lugar, propomos que o valor do auxílio seja de até 80 % da remuneração do cargo, assegurando, assim, o mesmo tratamento já previsto no Projeto de Lei nº 4.407/94, de autoria do Poder Executivo e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Chico Vigilantes.

Sala das Sessões, 25/10/94

DEP. PAULO PAIM

PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 25 a seguinte redação:

"Art. 25. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, projeto de lei dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento dos órgãos componentes do Sistema de Controle Interno bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994

Deputado JACKSON PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se, no parágrafo único do art. 26, a expressão "Poder Executivo" por "Secretaria Central de Controle Interno."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao "caput" do art. 26 a seguinte redação:

"Art. 26. Ficam transferidos para a Secretaria Central de Controle Interno os cargos em comissão do grupo DAS e as funções gratificadas-FG da estrutura organizacional das atuais Secretarias de Controle Interno dos Ministérios civis, bem como dos órgãos de atribuições equivalentes dos Ministérios militares, das Relações Exteriores e da Presidência da República."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 26, a seguinte redação:

"Art. 26. Ficam transferidos para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação os cargos em comissão do Grupo DAS e as Funções Gratificadas - FG da estrutura padrão das atuais Secretarias de Controle Interno, em cada Ministério Civil.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, no prazo de 120 dias, a transformar, mediante alteração de denominação e especificação, sem aumento de despesa, os cargos em comissão do grupo DAS e as Funções Gratificadas - FG existentes no âmbito do Sistema de Controle Interno.

§ 2º. Até a sua instalação em caráter definitivo, nos termos do art. 25, fica o Ministério da Fazenda incumbido de prestar o apoio necessário à instalação e manutenção das Delegacias Regionais de Controle."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle à SEPLAN, impõe-se transferir a este órgão os cargos em comissão dos órgãos setoriais, a fim de assegurar a autonomia das CIsETs. Em consequência, é necessário atribuir, até a instalação definitiva das Delegacias Regionais de Controle, ao Ministério da Fazenda, que já conta com as Delegacias Regionais do Tesouro Nacional, a tarefa de oferecer condições materiais imediatas para seu funcionamento.

Trata-se das mesmas medidas adotadas pelo Executivo ao promover a instalação, em caráter provisório da AGU, de modo a assegurar condições mínimas ao novo órgão para que possa estruturar-se, e cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias dos dois órgãos - SEPLAN e Ministério da Fazenda, nos termos do art. 29.

Sala das Sessões, 25/10/94

DEP. PAULO PAIM
PI/RS

GER 3,17.23.004-2 - (04/93)

MP 667

00007

11

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDAS SUBSTITUTIVA E SUPRESSIVA

Dê-se ao art. 27 e seus parágrafos a seguinte redação:

"Art. 27. Ficam extintas a Secretaria Central de Controle e a Secretaria do Tesouro Nacional, na estrutura do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Ficam criados os cargos de Secretário Central de Controle Interno, com status de Ministro de Estado, e de Secretário Federal de Controle, DAS 101.6."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUPRESSIVA

MP 667

00000

Suprima-se, nos incisos do "caput" e nos parágrafos do art. 28, a palavra "Controle" das expressões "Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais", "Secretário de Coordenação e Controle das Empresas Estatais" e "Conselho de Coordenação e Controle".

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MP 00667

00039

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 27, "caput" a seguinte redação:

"Art. 27. Ficam transferida do Ministério da Fazenda para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação a Secretaria Central de Controle, e alterada a sua denominação para Secretaria Federal de Controle."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle à SEPLAN, impõe-se alterar a redação do art. 17, promovendo a transferência do órgão. A Secretaria Federal de Controle estava prevista deste novembro de 1992, pela Lei nº 8.490/92, como órgão da estrutura do Ministério da Fazenda, sem nunca ter chegado a entrar em funcionamento.

Sala das Sessões, 25/10/94



DEP. PAULO DAVI

PT/RS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 27/10/94		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994	
AUTOR DEP. JOSÉ CARLOS SABBIA		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBA			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	NC.º
	28, 29, 30 e 31		
TEXTO <p>Suprimam-se os arts. 28, 29, 30 e 31 e seus parágrafos.</p> <p style="text-align: center;">J U S T I F I C A T I V A</p> <p>As empresas públicas sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas (CF, art. 173, § 1º). A organização e o funcionamento da administração é de competência privativa do Presidente da República (CF, art. 84, VI). A inclusão, com este nível de detalhamento, em lei ou em medida provisória, além de inconstitucional, dificultará alterações que se fizerem necessárias na administração.</p>			
ASSINATURA J. C. Sabbia			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a palavra "controle" do "caput" do art. 30.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

MP 667

42

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 31 e seus parágrafos a palavra "controle".

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.



Deputado JACKSON PEREIRA

MP 667

42

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 32 a seguinte redação:

"Art. 32. As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias da Presidência da República e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.



Deputado JACKSON PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 33.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.

Deputado JACKSON PEREIRA

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº , DE 24 /10/94

Substitua-se pelo seguinte texto o da supracitada proposição legislativa:

Institui a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, e dá outras providências.

Art. 1º É instituída a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, mediante transformação da Secretaria Central de Controle Interno criada pelo art. 19, inciso II, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Parágrafo único. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República terá um órgão diretivo subordinado diretamente ao Presidente da República e órgãos regionais para descentralização das ações, conforme dispuser o decreto de organização e funcionamento na forma do art. 84, inciso VI, da Constituição Federal.

Art. 2º Compete à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República exercer a fiscalização superior da gestão financeira, patrimonial e operacional na administração federal, especialmente:

I - auditar a execução das despesas e a realização das receitas federais, notadamente no que concerne à legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, veracidade, produtividade e eficácia, inclusive na aplicação de recursos federais por entidades de direito privado;

II - auditar os controles sobre bens, direitos e obrigações patrimoniais, inclusive sobre operações de crédito, avais e garantias da União;

III - fiscalizar o cumprimento das metas e dos objetivos dos planos plurianuais e a execução dos programas de governo e dos orçamentos federais, sem prejuízo dos controles gerenciais a cargo dos órgãos responsáveis pela elaboração e realização daqueles;

IV - apoiar o controle externo de competência do Congresso Nacional.

§ 1º Nenhum processo, documento ou informação poderá deixar de ser apresentado ao exame da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República.

§ 2º Quando o objeto da fiscalização tiver sido classificado como sigiloso, a auditoria será efetuada com as cautelas necessárias, e se o órgão de controle considerar inadequada aquela classificação proporá sua retificação e providências decorrentes.

§ 3º Sempre que a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República identificar a existência de crime, remeterá à Procuradoria da República, no prazo de sessenta dias, as informações e cópia dos documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

§ 4º No mesmo prazo citado no parágrafo precedente, a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República enviará às respectivas comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cópia dos relatórios de auditoria que acusem cometimento de infração a lei, em prejuízo do erário.

Art. 3º O Secretário-Geral de Controle Interno será nomeado pelo Presidente da República após aprovada sua escolha pelo Senado Federal na forma do disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, para período de dois anos, permitida a recondução, dependendo de autorização do Senado Federal a destituição antes do término do mandato.

Parágrafo único. Os titulares das Secretarias Regionais de Controle Interno serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Secretário-Geral.

Art. 4º À medida que for implantada a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República e nos limites das necessidades, serão transferidos para aquela os cargos de direção e assessoramento superior e as funções gratificadas das absorvidas Secretarias de Controle Interno.

§ 1º Será preservado em cada Ministério e instituição de igual nível o órgão contábil necessário à gestão e à prestação das respectivas contas.

§ 2º O Presidente da República poderá também transferir para a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, segundo a necessidade e como carreiras em extinção, os cargos ocupados de Analista de Controle Interno e de Técnico em Controle Interno.

§ 3º É autorizado o Presidente da República a extinguir os demais cargos que forem considerados desnecessários, assim como a, sem aumento de despesa, alterar a denominação e distribuição dos cargos transferidos.

§ 4º Enquanto não absorvidas as atividades atribuídas à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, continuarão sendo executadas na forma da legislação em vigor.

Art. 5º É criado o cargo de Secretário-Geral de Controle Interno da Presidência da República, com as prerrogativas de Ministro de Estado.

Art. 6º O Presidente da República organizará a carreira de Auditor Interno, nível superior, e proporá a criação dos cargos necessários ao funcionamento da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República.

Art. 7º Observado o processo licitatório, a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República poderá contratar sociedades de auditores habilitados, para suprir suas deficiências em situações emergenciais ou excepcionais.

Art. 8º Os cargos em comissão nas atividades de auditoria, finanças, orçamento e planejamento serão providos por ocupantes de cargos das respectivas carreiras.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Presidência da República.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Senador PEDRO SIMON

MF00667

00046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/10/94	Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994
DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA	LEI PRONTUÁRIO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA
3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA
5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
6 <input type="checkbox"/> ADITIVA	7 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL
8 <input type="checkbox"/> ADITIVA	9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL
<p>Seção I (Capítulo II)</p> <p>Das Áreas de Auditoria e Fiscalização</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A sugestão da retirada da expressão "Avaliação de Gestão" anteriormente proposta, encontra ressonância, quando cotejamos as competências elencadas nesta seção, baseadas em ações realizadas e não nas programadas.</p>	
ASSINATURA	

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. . Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, para os servidores ocupantes dos cargos de que tratam os artigos 12 e 13, gratificação de estímulo à produtividade e desempenho, que será calculada na forma do § 3º do artigo 7º da Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989, observando-se o limite fixados no art. 1º da Lei nº 8.477, de 29 de outubro de 1992, conforme regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo.

§ 1º. O valor da gratificação a que se refere o "caput" não será computado para fins de cálculo do limite previsto no art. 12 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

§ 2º. A partir da instituição da gratificação a a que refere este artigo, cessará a percepção, pelos servidores referidos no "caput", da Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 28 de agosto de 1992, bem assim da Gratificação de que trata o art. 7º da Lei nº 8.538, de 31 de dezembro de 1992.

§ 3º. O regulamento a que se refere o "caput" será fundamentado num programa específico das ações desenvolvidas, em cada um dos setores abrangidos por esta Lei, com ênfase no estímulo ao desempenho individual, na avaliação coletiva e numa política de valorização dos recursos humanos, e contemplará a avaliação de metas globais dos Sistemas e individuais de cada servidor, estabelecendo indicadores de qualidade e produtividade."

§ 4º. A gratificação, calculada na forma prevista no "caput" deste artigo, será devida a partir do 1º dia do mês subsequente ao da publicação do ato de regulamentação, limitada no exercício de 1994 a 50 % (cinquenta por cento) do teto máximo fixado na Lei nº 7.855, de 1989."

JUSTIFICATIVA

Ao editár a Medida Provisória nº 480, da qual a presente é reedição, o Poder Executivo assumiu, na Exposição de Motivos que a acompanha, o compromisso de promover, por meio de Medida Provisória, até novembro próximo, melhoria salarial para os servidores das carreiras do chamado "ciclo de gestão dos gastos públicos" com base em critérios de estímulo à produtividade e o desempenho.

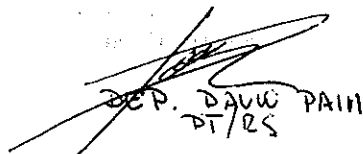
O compromisso, bem como a edição da própria Medida Provisória, que reestrutura os sistemas de planejamento, orçamento e controle interno, resultou de demoradas e desgastantes negociações entre os servidores e o Governo, tendo sido assumido após o encerramento de uma greve que mobilizou os servidores durante mais de 40 dias. É contraditório, contudo, que o Governo se comprometa a, dentro de 180 dias, editar uma Medida Provisória, que é por definição destinada à solução de situações cuja urgência e relevância não permitam a tramitação legislativa ordinária. Se a solução da questão salarial destes servidores é, para o Governo, como é para a Administração Pública, urgente e relevante, não deve esperar tanto. E o Governo admite sua urgência e relevância, embora não tenha adotado, de imediato, as providências necessárias, alegando a necessidade de estudos mais detalhados.

Enquanto isso, tais setores, considerados estratégicos para o bom funcionamento e para a capacidade de gestão do Estado, vão sofrendo esvaziamento e sucateamento acelerado: técnicos qualificados e experientes, mas cujos salários estão aviltados, vão abandonando o serviço

público, ou transferindo-se para outros órgãos - inclusive no Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União - em busca de remuneração digna.

A fim de que se impeça o agravamento deste quadro, é relevante conceder ao Poder Executivo condições para que, de imediato, atendendo ao que a greve recém-encerrada reivindicava, possa instituir mecanismos de retribuição adequados aos servidores encarregados da gestão, do planejamento e do controle dos gastos públicos, equiparando suas remunerações às atribuídas aos servidores encarregados da arrecadação de tributos e contribuições, por meio vantagens isorômicas atribuídas em função do desempenho, como declara a Exposição de Motivos da MP 480.

Sala das Sessões, 25/10/94


DEP. PAULO PAIM
PT/RS

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

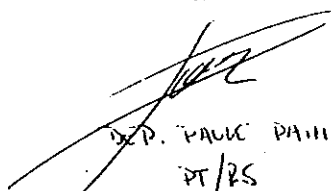
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. . Os cargos vagos integrantes das carreiras de que tratam os artigos 12 e 13 serão preenchidos, mediante concursos públicos de provas e títulos realizados anualmente ou sempre que o número de vagas exceda dez por cento dos respectivos cargos, ou, com menor número, observado o interesse da Administração, as disponibilidades orçamentárias e o disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias."

JUSTIFICAÇÃO

Os quantitativos dos cargos de carreira de que tratam os artigos 12 e 13 devem ser administrados de forma contínua, de modo a dotar os respectivos sistemas de recursos humanos em quantidade suficiente para o exercício pleno de suas atividades. A forma de se assegurar a continuidade no recrutamento destes quadros é a fixação de uma regra de concursos públicos anuais, ou sempre que o número de vagas exceda a 10 % do total dos cargos, a exemplo do que se dispôs em relação aos cargos da Advocacia Geral da União.

Sala das Sessões, 25/10/94


DEP. PAULO PAIM
PT/RS

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. . As tabelas 4, 6 e 14 do Anexo VII da Lei nº 8.460, de 1992, ficam substituídas pelas constantes do Anexo.

ANEXO

4. SERVIDORES DAS CARREIRAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DE FINANÇAS E CONTROLE					
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
31/08/92	NOVA		31/08/92	NOVA	
CLASSE/PADR.	CLASSE	PADRÃO	CLASSE/PADR.	CLASSE	PADRÃO
		I			I
		II			II
	D	III		D	III
		IV			IV
		V			V
		VI			VI
		I			I
A/I		II	A/I		II
A/II	C	III	A/II	C	III
A/III		IV	A/III		IV
A/IV		V	A/IV		V
A/V		VI	A/V		VI
A/VI		I	A/VI		I
B/I e B/II		II	B/I e B/II		II
B/III e B/IV	B	III	B/III e B/IV	B	III
B/V		IV	B/V		IV
C/I e C/II		V	C/I e C/II		V
C/III e C/IV		VI	C/III e C/IV		VI
C/V e E/I		I	C/V e E/I		I
E/II	A	II	E/II	A	II
E/III		III	E/III		III

8 SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL			
SITUAÇÃO			
31/08/92	NOVA		
CLASSE	CLASSE	PADRÃO	CARGOS
I	B	II	300
II		III	
III		IV	230
IV		V	
V		VI	180
		I	
IV	A	II	140
V		III	110

14. SERVIDORES DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
31/08/92	NOVA		31/08/92	NOVA		31/08/92	NOVA	
Class/Padr	CLASSE	PADRÃO	Class/Padr	CLASSE	PADRÃO	Class/Padr	CLASSE	PADRÃO
		I			I			I
		II			II			II
	D	III		D	III		D	III
		IV			IV			IV
		V			V			V
		VI			VI			VI
		I			I			I
A/I		II	A/I		II	A/I		II
A/II	C	III	A/II	C	III	--	C	III
A/III		IV	A/III		IV	A/II		IV
A/IV		V	A/IV		V	--		V
--		VI	--		VI	A/III		VI
B/I		I	B/I		I			I
B/II		II	B/II		II	A/IV		II
B/III	B	III	B/III	B	III	--	B	III
B/IV		IV	B/IV		IV	B/I		IV
--		V	--		V	--		V
E/I		VI	C/I		VI	B/II		VI
--		I	--		I	--		I
E/II	A	II	C/II	A	II	B/III	A	II
E/III		III	C/III		III	B/IV		III

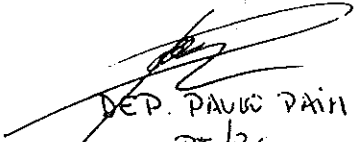
JUSTIFICATIVA

Em vista do fato de que trata a Medida Provisória da situação dos servidores das carreiras do chamado "ciclo de gestão dos gastos públicos", relativamente à sua inserção nos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Controle Interno, mas se omite no tocante à questão remuneratória, é importante resgatar, assim como no tocante à proposta de instituição de retribuição adicional, equívocos ocorridos quando do enquadramento das carreiras e categorias na tabela de vencimentos do Anexo II da Lei nº 8.460/92. À vista das medidas posteriormente adotadas pelo Poder Executivo e pelos Poderes Legislativo e Judiciário relativamente aos vencimentos, e necessário atribuir vencimento inicial mais digno às carreiras.

A proposta, então, é no sentido alterar a regra de correspondência entre as classes e padrões das Carreiras e a Tabela de Vencimentos do Anexo II da Lei nº 8.460/92, atribuindo às classes iniciais vencimento mais adequado ao perfil e requisitos de ingresso, colocando-as em patamar de remuneração compatível com sua natureza e com a das que lhe são assemelhadas, em especial a Carreira Diplomática (cujo cargo inicial equivale ao padrão B I da mesma Tabela), Carreira de Gestão, Infraestrutura e Planejamento e Planejamento e Tecnologia (vencimento inicial equivalente ao do padrão C IV da mesma Tabela de vencimentos). A medida é plenamente

justificável em face dos requisitos para ingresso nas carreiras do "ciclo de gestão". Outras categorias, como Fiscais Previdenciários, Médicos, etc., integrantes do PCC, têm como vencimentos iniciais os do padrão C-I, C-III, sem que necessitem submeter-se a cursos de longa duração em Escolas de Governo. No caso das carreiras de Planejamento e Orçamento e Finanças e Controle, à data de sua criação (1987) o vencimento inicial correspondia ao do padrão NS - 10 do PCC. No caso dos Gestores Governamentais, equivalia ao dobro do último nível do PCC. Assim, é mais do que justo que se resgate a posição relativa dos vencimentos iniciais, assegurando retribuição justa aos servidores.

Sala das Sessões, 25/10/84


DEP. PAULO PAIM
PT/RS

'94-10-27 17:38 DEP. RUBEM MEDINA

MP 00567

FROM :

PHONE NO. :

000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 567, DE 1994

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo e as outras providências

EMENDA ADITIVA

Adicionante-se o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art 13. Ficam transformados em cargos de Carreira de Finanças e Controle os cargos das categorias funcionais de Auditor, Contador e Técnico de Contabilidade, integrantes do Plano de Classificação de Cargos a que se refere a Lei nº 5.648, de 10 de dezembro de 1970, ocupados por servidores que, em 23 de dezembro de 1988, estivessem lotados no Ministério da Fazenda, assegurados os efeitos desta transformação aos servidores que naquela data já se encontrassem em inatividade."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o propósito de aperfeiçoar o texto da Medida Provisória sob exame e dar tratamento adequado à situação dos servidores que, injustamente, não foram considerados na oportunidade da criação dos cargos de Analista de Finanças e Controle e de Técnico de Finanças e Controle pelo Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987.

Com efeito, o referido Decreto-Lei, em seu artigo 2º, condicionou a classificação nos novos cargos a que os servidores, integrantes ou não do Grupo de Atividades Específicas de Controle Interno, se encontrassem lotados, em 23 de dezembro de 1986, na Secretaria do Tesouro Nacional - STN ou nos órgãos setoriais ou equivalentes do Controle Interno.

Como consequência, independentemente da formação técnica mais adequada às funções de controle, servidores de outros órgãos, pelo simples fato de, na data estabelecida, estarem em exercício em órgãos setoriais ou equivalentes de controle interno obtiveram o enquadramento previsto no Decreto-Lei.

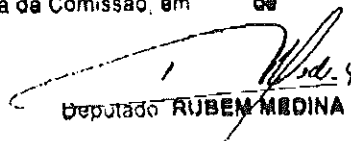
Dois grupos, compostos por auditores, contadores e técnicos de contabilidade, não foram considerados pelo diploma legal e por tal razão excluídos:

- a) aqueles que, com formação especializada, embora exercendo atividades relacionadas com contabilidade, finanças e orçamento no Ministério da Fazenda, não se encontravam lotados na Secretaria do Tesouro Nacional;
- b) os que, em razão mesmo da notória especialização e excelência de seus serviços, esquivaram-se, por isso mesmo, cedidos a outros órgãos onde prestavam assessoria, justamente em assuntos relacionados com finanças e controle interno.

É esta situação de injustiça com servidores de alta capacitação e desempenho comprovado na área de finanças e controle que a emenda, baseada no preceito constitucional da economia, pretende reverter, corrigindo uma lacuna somente explicável por um lapso do legislador.

Acolhida a alteração proposta ela beneficiaria também os servidores já aposentados, por força do que dispõe o art. 40, § 4º da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 1994


Deputado RUBEM MEDINA

Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

MP 667

00001

EMENDA ADITIVA

“Art. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Gratificação de Estimulo a Produtividade e Desempenho para os servidores, ativos e inativos, integrantes das carreiras Finanças e Controle, Orçamento, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, à categoria funcional, Técnico de Planejamento, P-1501, do grupo TP-1500 aos ocupantes de cargos permanentes de nível superior e intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a ser calculada na forma do § 3º do artigo 7º da Lei nº 7855, de 24 de outubro de 1989, observando-se o limite estabelecido no artigo 2º da Lei nº 8477, de 19 de outubro de 1992, conforme regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo.

§ 1º O valor da gratificação a que se refere o *caput* deste artigo não será computado para os fins de cálculo de limite previsto no artigo 12, da Lei nº 8460, de 17 de setembro de 1992.

§ 2º A partir dos efeitos financeiros do disposto no *caput* do artigo acima, cessará a percepção da gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13 de 28 de agosto de 1992, e suas alterações posteriores, por parte dos integrantes das carreiras Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, da categoria funcional, Técnicos de Planejamento, P-1501, do grupo TP-1500 e dos cargos permanentes de nível superior e intermediário da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

§ 3º A gratificação, calculada na forma prevista no *caput* deste artigo, será limitada no exercício de 1994 a 50% (cinqüenta por cento) do teto máximo fixado na Lei nº 7855, de 24 de outubro de 1989, ficando para o exercício de 1995 sua complementação, conforme regulamento.

JUSTIFICATIVA:

Na Exposição de Motivos Interministerial nº 097, de 06 de abril de 1994, assinada pelos Ministros da Fazenda, e Ministros-Chefes da Secretaria de Administração Federal e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, está explicitado que o Poder Executivo promoverá ajustes salariais para essas categorias, mediante edição de Medida Provisória, até novembro de 1994, tendo como base critérios que estimulem o desempenho e a produtividade. Assim é aconselhável que racionalizemos esse processo permitindo que o Poder Executivo proceda os ajustes necessários de forma simplificada, sem ter que editar nova Medida Provisória.

A E.M n° 097, de 06 de abril de 1994, que encaminhou a M.P n° 480, deixa claro a Intenção do Poder Executivo em proporcionar uma melhoria remuneratória a essas carreiras, considerando-se ainda que esses profissionais são muito especializados e estão migrando de forma crescente para outros âmbitos, tais como: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas da União, provocando, conseqüentemente um colapso nas atividades de Controle Interno, Planejamento e Orçamento e ainda, visa corrigir extorsões existentes na política remuneratória dos servidores públicos civis.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1994.

Senador Maurício Corrêa
PSDB-DF, Prontuário 071

191000457

000002

Medida Provisória n° 667, de 21 de outubro de 1994.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Desenvolvimento das Ações de Planejamento, Orçamento, Gestão, Avaliação e Controle dos Gastos Públicos, destinado a estimular, desenvolver e incrementar atividades específicas de planejamento, orçamento federal, gestão e políticas públicas, bem assim do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com ênfase na valorização dos servidores, ocupantes dos cargos referidos nos artigos 12 e 13 desta Medida Provisória.

§ 1º. O Poder Executivo, por atos dos Ministros das respectivas pastas, estabelecerá os princípios fundamentais do Programa com o objetivo de assegurar, em cada pasta e setores de atuação abrangidos pelo mesmo, a permanente capacitação e o bom desempenho dos recursos humanos.

§ 2º. As retribuições de que tratam os artigos 4º, 5º e 9º da Lei Delegada n° 13, de 28 de agosto de 1992 e suas alterações posteriores, relativamente aos servidores referidos no *caput* bem como dos inativos e pensionistas, são transformadas em Adicional de Desempenho, a ser calculado na

forma do § 3º do art. 7º da Lei nº 7855, de 24 de outubro de 1989, incidindo sobre a base referida no art. 14, in fine da referida Lei Delegada, obedecidos critérios de desempenho e produtividade.

Art. O disposto no § 2º do artigo acima será regulamentado em até 60 dias, vigorando seus efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, limitado neste exercício a 50% (cinquenta por cento) da retribuição prevista e os 50% (cinquenta por cento) restantes, objeto de avaliação, conforme disposto em regulamento, a partir de 1º de janeiro de 1995.

Parágrafo único O regulamento contemplará a avaliação de metas globais, setoriais e individuais, conforme ato dos respectivos Ministros de Estado.

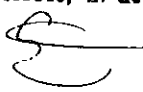
Art. Somente farão jus à retribuição calculada na forma do artigo anterior os ocupantes dos cargos referidos no caput do artigo anterior, na data da publicação desta Medida Provisória ou que venham a ser providos mediante concurso público específico.

JUSTIFICATIVA:

Na Exposição de Motivos Interministerial nº 097, de 06 de abril de 1994, assinada pelos Ministros da Fazenda e Ministros-Chefes da Secretaria de Administração Federal e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, está explicitado que o Poder Executivo promoverá ajustes salariais para essas categorias, mediante edição de Medida Provisória, até novembro de 1994, tendo como base critérios que estimulem o desempenho e a produtividade. Assim é aconselhável que racionalizemos esse processo permitindo que o Poder Executivo proceda os ajustes necessários de forma simplificada, sem ter que editar nova Medida Provisória.

A E.M nº 097, de 06 de abril de 1994, que encaminhou a M.P nº 480, deixa claro a intenção do Poder Executivo em proporcionar uma melhoria remuneratória a essas carreiras, considerando-se ainda que esses profissionais são muito especializados e estão migrando de forma crescente para outros setores da administração pública tais como: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas da União, provocando, conseqüentemente um colapso nas atividades de Controle Interno, Planejamento e Orçamento e ainda, visa corrigir extorsões existentes na política remuneratória dos servidores públicos civis.

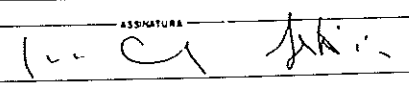
Sala das Sessões, 27 de outubro de 1994.


FELICIANO VIEIRA

HP 00667

00053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 27/10/94		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 667, de 21 de outubro de 1994	
AUTOR DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAI			
CAPÍTULO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO Acrescentar, onde couber, o seguinte artigo ao texto da Medida Provisória: "Art. - As atuais Coordenações Gerais de Orçamento e Finanças e unidades equivalentes dos Ministérios Cíveis e Militares e dos Órgãos da Presidência da República são transformadas em Secretarias de Orçamentos e Finanças, subordinadas às correspondentes Secretarias Executivas ou equivalentes". JUSTIFICATIVA As unidades setoriais de orçamento são subordinadas, atualmente, às Secretarias de Administração Geral, responsáveis pela alocação e gestão dos gastos públicos. A alocação dos recursos públicos e seus amplos desdobramentos devem subordinar-se diretamente às Secretarias Executivas que respondem pela coordenação da ação setorial do Governo.			
ASSINATURA 			

HP 00667

00054

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA ADITIVA

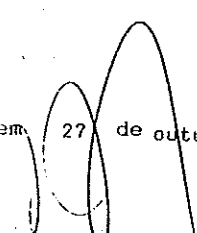
Inclua-se no Título IV, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de 180 (cento e

oitenta) dias, projeto de lei dispendo sobre o sistema de remuneração dos integrantes da Carreira Finanças e Controle, de modo a compatibilizá-lo com o aplicado à Carreira Finanças e Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Aplica-se aos servidores inativos e aos pensionistas o disposto neste artigo, na forma do art. 40, §§ 4º e 5º da Constituição.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994



Deputado JACKSON PEREIRA

PROV 667

00000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 667, DE 1994

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Título IV, onde couber, o seguinte artigo:

"Art... Até a implementação definitiva das mudanças estabelecidas nesta Medida Provisória, os órgãos existentes e os servidores à sua disposição conservarão suas respectivas competências e manterão as atuais prerrogativas e responsabilidades."

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1994.



Deputado JACKSON PEREIRA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 151ª SESSÃO, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimentos

– Nº 810, de 1994, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando que seja considerado como licença autorizada o período de 4 a 28 de outubro de 1994. Votação adiada por falta de quorum.

1.2.2 – Ofício

– Nº 474/94, da Liderança do PMDB, referente a indicação do Senador Jacques Silva para Vice-Líder do PMDB nesta Casa.

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 676, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 677, de 27 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Regional, crédito extraordinário no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para os fins que especifica; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 678, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 679, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera disposições das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 680, de 27 de outubro de 1994, que dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, e 8.541, de 23 de dezembro de 1992, que alteram a legislação do im-

posto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 681, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 682, de 27 de outubro de 1994, que altera o artigo 60 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 1994 e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ÁUREO MELLO – Protestos contra sugestões de mudanças no gabarito de edificações de Brasília, tendentes à construção de edifícios em áreas originariamente destinadas à construção de casas isoladas, como é o caso do Lago Sul e Norte.

SENADOR ODACIR SOARES – Considerações sobre a edição da Medida Provisória nº 684/94, que cria a taxa de juros de longo prazo. Preocupações com o relatório do TCU sobre auditoria no BNDES.

SENADOR HYDEKEL FREITAS – O problema da saúde pública no Rio de Janeiro, resultante da falta de saneamento básico, particularmente na Baixada Fluminense.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nº 332 a 335, de 1994

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 131 a 133, de 1994

4 – MESA DIRETORA

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 151ª Sessão, em 3 de novembro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Airton Oliveira – Alufio Bezerra – Aureo Mello – Chagas Rodrigues – Hydekel Freitas – Jacques Silva – Josaphat Marinho

– José Eduardo – José Paulo Bisol – Magno Bacelar – Maurício Corrêa – Moisés Abrão – Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.
É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 810, DE 1994

Nos termos do § 1º do artigo 13 do Regimento Interno desta Casa, requeiro seja concedida licença autorizada de 4 a 28 de outubro, quando estarei dedicado à discussão de assuntos partidários e, em seguida, viajando ao exterior em caráter particular.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 1994. Senador **Fernando Henrique Cardoso**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Por falta de quorum, fica adiada a votação do requerimento.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. nº 474/94 – GLPMD

Brasília, 1º de novembro de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o nome do Senador **JACQUES SILVA** para vice-líder do PMDB nesta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

Senador **Mauro Benevides**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 676**, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**TITULARES****SUPLENTE**

PMDB

1.Cid Saboia De Carvalho
2.Gilberto Miranda

PFL

3.Carlos Patrocínio

PPR

4.Afonso Camargo

PSDB

5.Maurício Corrêa

PTB

6.Jonas Pinheiro

PT

7.Eduardo Suplicy

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTE**

BLOCO

1.Manoel Castro

PMDB

2.Mauri Sérgio

PPR

3.Cunha Bueno

PSDB

4.Jabes Ribeiro

4.Sigmaringa Seixas

1.Ronaldo Aragão
2.Coutinho Jorge

3.Airton Oliveira

4.Epítácio Cafeteira

5.Jutahy Magalhães

6.Valmir Campelo

1.Rubem Medina

2.Ivandro Cunha Lima

3.José Teles

5.João Maia

PP

5.José Linhares

6.Carlos Alberto Campista

PDT

6.Max Rosenmann

7.Etevalda Grassi De Menezes

PTB

7.Bonifácio De Andrada

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 06/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 15/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 30/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 677**, de 27 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Regional, crédito extraordinário no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para os fins que especifica.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**TITULARES****SUPLENTE**

PMDB

1.Cid Saboia De Carvalho
2.Alfredo Campos

PFL

3.Lourival Baptista

PPR

4.Lucídio Portella

PSDB

5.Joaquim Beato

PMN

6.Francisco Rollemberg

PRN

7.Aureo Mello

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTE**

BLOCO

1.Jesus Tajra

PMDB

2.Murilo Rezende

PPR

3.Fábio Meirelles

PSDB

4.Marcos Penaforte

PP

5.Marcelo Luz

PDT

6.Giovanni Queiroz

PSTU

7.Ernesto Gradella

7.Maria Luíza Fontenele

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 02/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 11/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 26/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 678, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
1. Gilberto Miranda		1. Ronan Tito
2. Pedro Simon		2. Ruy Bacelar
	PFL	
3. Dario Pereira		3. Júlio Campos
	PPR	
4. Affonso Camargo		4. Epitácio Cafeteira
	PSDB	
5. Dirceu Carneiro		5. Reginaldo Duarte
	PDT	
6. Magno Bacelar		6. Darcy Ribeiro
	PP	
7. Irapuan Costa Júnior		7. Nelson Carneiro

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTES
	BLOCO	
1. Reinhold Stephanes		1. Darcy Coelho
	PMDB	
2. Luis Roberto Ponte		2. Pedro Novaes
	PPR	
3. Francisco Domelles		3. José Lourenço
	PSDB	
4. Geraldo Alckmin Filho		4. Djenal Gonçalves
	PP	
5. Luiz Carlos Hauly		5. Odelmo Leão
	PDT	
6. Carrion Júnior		6. Liberato Caboclo
	PMN	
7. Jerônimo Reis		7. Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 02/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 11/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 26/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 679, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera disposições das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
1. Gilberto Miranda		1. Onofre Quinan
2. Ronan Tito		2. Ruy Bacelar
	PFL	
3. Carlos Patrocínio		3. Dario Pereira
	PPR	
4. Moisés Abrão		4. Esperidião Amin
	PSDB	
5. Teotônio Vilela Filho		5. Dirceu Carneiro
	PTB	
6. Jonas Pinheiro		6. Valmir Campelo
	PT	
7. Eduardo Suplicy		

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTES
	BLOCO	
1. Reinhold Stephanes		1. Tourinho Dantas
	PMDB	
2. Alberto Goldman		2. Zaire Rezende
	PPR	
3. Arnaldo Faria De Sá		3. Jarvis Gaidzinski
	PSDB	
4. Antônio Faleiros		4. Wilson Moreira
	PP	
5. Salatiel Carvalho		5. Jofran Frejat
	PDT	
6. Amaury Müller		6. Carlos Alberto Campista
	PT	
7. José Fortunati		7. Chico Vigilante

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 02/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 11/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 26/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 680, de 27 de outubro de 1994, que dá nova redação a dispositivos das Leis nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994, e 8.541, de 23 de dezembro de 1992, que alteram a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
1. Ronan Tito		1. Coutinho Jorge
2. Gilberto Miranda		2. Onofre Quinan
	PFL	
3. Hugo Napoleão		3. João Rocha
	PPR	
4. Esperidião Amin		4. Jarbas Passarinho
	PSDB	
5. José Richa		5. Teotônio Vilela Filho

6. Francisco Rollemberg	PMN	6
7. Aureo Mello	.PRN	7. Ney Maranhão

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE
	BLOCO	
1. Gilson Machado		1. Eraldo Tinoco
2. Luís Roberto Ponte	PMDB	2. José Belato
3. Francisco Dornelles	PPR	3. José Maria Eymael
4. Marcos Formiga	PSDB	4. José Anibal
5. Luiz Carlos Hauly	PP	5. Carlos Camurça
6. Fernando Lopes	PDT	6. Elio Dalla-Vecchia
7. José Carlos Vasconcellos	PRN	7. Paulo Octávio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 02/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 11/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 26/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 681, de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES		SUPLENTE
	PMDB	
1. Ronan Tito		1. Amir Lando
2. José Fogaça		2. Alfredo Campos
3. Odacir Soares	PFL	3. Júlio Campos
4. Epitácio Cafeteira	PPR	4. Affonso Camargo
5. Joaquim Beato	PSDB	5. Reginaldo Duarte
6. Magno Bacelar	PDT	6. Darcy Ribeiro
7. Irapuan Costa Júnior	PP	7. Nelson Carneiro

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE
	BLOCO	
1. Ney Lopes		1. Maurício Calixto
2. Luís Roberto Ponte	PMDB	2. Roberto Rollemberg
3. Francisco Dornelles	PPR	3. José Lourenço

4. José Abrão	PSDB	4. José Anibal
5. Raul Belém	PP	5. Benedito Domingos
6. Luiz Salomão	PDT	6. Miro Teixeira
7. Valdemar Costa Neto	PL	7. Jones Santos Neves

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 02/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 11/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 26/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 682, de 27 de outubro de 1994, que altera o art. 60 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual de 1994 e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES		SUPLENTE
	PMDB	
1. Pedro Simon		1. Márcio Lacerda
2. Ronan Tito		2. Onofre Quinan
3. Ailton Oliveira	PFL	3. Dario Pereira
4. Affonso Camargo	PPR	4. Esperidião Amin
5. Reginaldo Duarte	PSDB	5. Joaquim Beato
6. Jonas Pinheiro	PTB	6. Valmir Campelo
7. Eduardo Suplicy	PT	

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE
	BLOCO	
1. Maurício Najar		1. Abelardo Lupion
2. João Almeida	PMDB	2. João Thomé
3. Luciano Castro	PPR	3. Maria Valadão
4. José Anibal	PSDB	4. João Faustino
5. Luiz Carlos Hauly	PP	5. Vadão Gomes
6. Giovanni Queiroz	PDT	6. Valdomiro Lima
7. Luiz Piauhyllino	PSB	7. Sérgio Guerra

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 03/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 04/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 02/11/94 –prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 11/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 26/11/94 – prazo no congresso nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (AM-PRN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Srs e Srs. Senadores, eu gosto mesmo de falar da tribuna, como disse, ainda há pouco, ao meu dileto e querido mestre, Senador Josaphat Marinho, porque da tribuna vemos de frente os Colegas e estes vêem a nossa reação frontalmente. Aliás, Jarbas Passarinho, uma vez, já doutrinou a esse respeito. É muito bom falar da tribuna. As palavras são como ondas, que vão rolando pela praia até chegar aos banhistas, que são aqueles que eventualmente nos ouvem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como V. Ex.s sabem, sou um modesto caboclo das faldas de Rondônia. Nasci num hospital americano, da Candelária. Tenho o umbigo muito bem cortado porque isso foi feito por médicos de primeira categoria. Mas quando vim para Brasília passamos a fazer parte da magia desta cidade.

Há quem diga, inclusive, que Brasília representa aquela antiga cidade de Aton, que o Rei Amenófis IV, que era nada menos que o Aknaton, construiu para fazer frente a Tebas. O Aknaton era filho de Amenófis III e casado com a formosíssima rainha Nefertite, que era irmã dele. Sendo que, no Egito Antigo, não havia o preconceito do incesto, que era natural naquela sociedade. Nefertite, que foi a rainha mais bela daquela época, era filha apenas do Amenófis III, mas com outra mulher. E o rei Amenófis IV, irmão dela, com ela se casou. Dizem que ele era um pouco epilético. Os epiléticos, a citar como exemplo o próprio Dostoiévski, são homens de grande sensibilidade intelectual, de grande capacidade intelectual. O Amenófis, então, criou a teoria do monoteísmo, do Deus único, que era nada menos que o Deus Sol – que, por sinal, hoje está em eclipse com a lua, tingindo de claro-escuro as cidades brasileiras, principalmente as do Paraná. No momento em que criou o monoteísmo, aquele culto ao Sol, à saúde do Sol, à beleza do Sol, à magia do Sol, que pela manhã impregna com os seus raios ultravioleta ou infravermelhos a epiderme daqueles que o buscam nas praias e nas praças, ele contrariou os sacerdotes tebanos, que seriam os politeístas contrários ao monoteísmo. Eles, tebanos, acharam inqualificável essa idéia de haver um Deus único, e, por causa disso, hostilizaram Amenófis IV, que passou a ter o nome de Aton e criou uma cidade parecida com Brasília, uma cidade toda de mármore, para onde transferiu a capital do Egito. E aquela Brasília daqueles tempos, a cidade de Aton, foi crescendo e se tornou uma cidade modelar, espetacular. A Rainha Nefertite, que era uma mulher muito inteligente, também colaborou para que Aton resplandecesse.

O politeísmo, com as imagens sagradas dos animais sagrados, tinha inclusive grande conotação, segundo diz a escritora Chiang Sing, com aquela organização que sobrevive até hoje. Não vou dizer o seu nome, porque tenho medo, mas sei que a pergunta que se faz quando se quer saber se a pessoa a ela pertence é: "Sois?", e a resposta, se afirmativa, é: "Como tal meus irmãos me reconhecem". Então, já dá para perceber qual é a extraordinária organização que veio passando pela história desde aqueles tempos e caiu como se fosse um jorro de água fulgurante e resplandecente, no cadinho dos dias hodiernos.

A verdade é que o nosso amigo Aknaton, como diz a nossa brava gíria brasileira, "acabou entrando pelo cano". Os sacerdotes tebanos não brincavam em serviço e, na primeira oportunidade em que o pegaram a sós, plantaram-lhe uma faca, que não era cearen-

se, mas egípcia, o que gerou como consequência a disparada do Rei Aknaton na direção das paragens celestiais, onde até hoje ele se encontra, possivelmente bailando com as sílfides e perlustrando caminhos misteriosos, que somente acometem depois da morte.

Mas a história de Aton, a cidade monoteísta, ficou. Quando vejo Brasília com as suas rampas, com as suas paredes espetaculares, com os seus mármores, com os seus reflexos – os quais, pelas dezoito horas, caem precisamente onde está o túmulo da arquiteto maior, Juscelino Kubitschek de Oliveira –, lembro-me muito bem da história de Aton, de Amenófis III e de Aknaton.

Não é preciso dizer que os sacerdotes tebanos destruíram Aton, a Brasília daquele tempo; foi transformada em ossos de borboleta e verteu para o pó de onde havia, primitivamente, saído. E Tebas sobressaiu e prosseguiu, com os seus patos sagrados, com as suas imagens de bailarinas, com as suas histórias de deuses imaginários, com as provas profundas de filiação daqueles que passaram a ser componentes das suas instituições secretas.

E Brasília? Brasília vem subsistindo. No momento em que se foi sepultar Juscelino Kubitschek de Oliveira, estando eu lá presente, senti a magia desta cidade; os raios solares, oblíquos e avermelhados, parece que haviam sido convocados especialmente para aquele momento. Quando a voz daquela cantora magistral, que veio do Rio de Janeiro para celebrar a criação do monumento, ergueu-se nos céus, a impressão que tínhamos é de que um milagre se estava desenrolando diante dos nossos olhos. O sol tornou-se amarelo, como se fosse ouro gaseificado; os horizontes continuaram tintos de vermelho e a voz daquela mulher sensibilizou e comoveu a todos.

Recentemente, meus amigos Senadores, observamos como candidatos a deputados determinadas figuras homéricas do empreendimento imobiliário. Um deles, um homem enorme, Wigberto Tartuce, apelidado de Vigão – lembrando as vigas das construções que ele realiza e, ao mesmo tempo, sendo uma antonomásia relacionada com o seu nome de Wigberto –, com a autoridade de ter sido o candidato à Câmara dos Deputados mais votado, pelo Distrito Federal, graças à candura, à singeleza e, quem sabe, à opacidade intelectual do seu eleitorado, ousou dizer que o Sr. Lúcio Costa era um homem ultrapassado e que Brasília, por ter sido considerada cidade-monumento, uma cidade intocável, monumento universal, estava inteiramente fora dos seus parâmetros. Ele, o "Tartuço", o Vigão, dizia que Lúcio Costa, aquele simples e insignificante sábio em arquitetura, aquele energúmeno que tem a ousadia de entender de edifícios e de construções quase tanto quanto aquele que criou os mundos, não passava de um superado, de um energúmeno, incapaz de manter esta cidade nos termos em que ela se apresenta. Certo era ele, Wigberto Tartuce, na sua entrevista formidável, dizendo que Brasília necessita de espigões, que é preciso acabar com esses prediozinhos de seis andares, que são uma elaboração de arte formada por esses superados da marca de Niemeyer e de Lúcio Costa. Portanto, "Vig, o Huno", certamente tem mais erudição e capacidade para criar nesta cidade do que "Lucius, o Romano", brasileiro que inventou aquele traço, o famoso avião gigante em que vivemos.

Há ocasiões em que temos vontade de fazer como o nosso mui amado colega Pedro Simon e desabafar toda a nossa indignação, dando uns três muros seguros neste microfone, que fica impassível, aqui, ouvindo a nossa parla. Mas, ao contrário, vamos pedir a ele que transmita aos nossos colegas a também parla deste "marreco", que veio lá das beiras do rio Guaporé, para bater asas e perturbar, aqui, a nobreza majestosa desses brasileiros de estados fantásticos que o rondoniano humilde admiro e ante os quais, humildemente, me prosterno.

De acordo com a mencionada entrevista, Brasília iria ter no setor Noroeste um bando de espigões, que seriam vendidos mais barato àqueles que lá quisessem morar. O Lago Sul teria um bando de edifícios enormes, acabando com aquela singeleza, talvez egípcia e muito platônica, das casas de arte que ali existem, daquelas casas lindas, daqueles terrenos ocupados apenas por construções destinadas a moradas individuais. A quantidade de gente cresceu de tal maneira que é preciso que aqueles tortulhos gigantes sejam plantados nas áreas mais singelas e que se acabe com esta história de cidade-monumento, cidade internacional, cidade quase sagrada.

Então pude compreender por que a quantidade de empreiteiros postulando cargos eletivos: o Vigão, o Estevão, o Paulo Octávio, que, por sinal, não conseguiu vencer porque não teve uma legenda adequada, tendo se metido no mesmo partido que eu, um partido tão mijudinho e tão pequenininho que não conseguiu sequer trazer o quociente eleitoral para eleger os seus paredros.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. moradores de Brasília, Srs. sempre ausentes jornalistas, Srs. membros do Executivo, componentes do primeiro, do quarto, do segundo Poder, do próprio Judiciário – esse Poder togado tão feroz que cassa eleições de 36 milhões de votos e também impede presidentes de Senado de ser candidatos, porque ousaram nas gráficas senatoriais imprimir cartões, calendários, desejando boas-festas ao eleitorado; Srs. membros do poder, povo, que, segundo Gustave Le Bon, era aquela horda que seguia sempre aquele que gritava mais alto; povo que decide as eleições, que escolhe quem o vai dirigir, instituições mais ou menos metedizas, como a Ordem dos Advogados do Brasil, que não perde uma, que dá palpite em tudo, porque pensa que a classe dos advogados tem uma tremenda responsabilidade na condução dos povos – imaginem se a classe média, os engenheiros, os agrônomos, os economistas e todos aqueles de nível cultural superior assim o fizessem! Pois bem, lá está o danadinho do Wigberto Tartuce, Deputado Federal mais votado de Brasília, a postular que façamos edifícios na área do Lago Sul, na área dos lagos e no setor noroeste de Brasília, e que as áreas horizontais ou planas, que são usadas para construir casas, passem a ser adotadas para construir edifícios. Vamos mudar a topografia de Brasília, vamos fazer Brasília fazer parecer a cidade de Nova Iorque. Quando os aviões pousarem nesta direção, vamos ver aqueles prédios enormíssimos e um morador de lá, com uma flâmula qualquer, acenando, dando adeus na direção do Senador Odacir Soares.

Sr. Presidente, felizmente ainda temos penas, pessoas que praticam essa arte obsoleta, a arte de escrever, que poucos entendem e são capazes de desenvolver. O derrotado escritor Sebastião Nery relatou ontem, no *Jornal de Brasília*, aquela história dos portugueses que brigavam com a mourama nas bandas da Europa e que, quando os mouros se aproximavam da costa, bradavam: "Há mouros na costa! Irmãozinhos, há mouros na costa!" O Sebastião Nery também gritou: "Brasilienses, há mouros na costa!" E como há! O Wigberto Tartuce, aliás, é mouro mesmo! E Brasília que se cuide, porque, senão, daqui a cinco anos, começaremos a ver uma outra imagem desta cidade, que nós, que aqui moramos, que aqui vivemos, aprendemos a amar, aqui nos sentimos magicamente, misteriosamente – sabe lá por que e como fomos transportados para ela – dentro da magia daquela velha Aton que Amenófis III criou para enfrentar a sociedade tebana e os sacerdotes dessa época.

O Sr. Magno Bacelar – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AUREO MELLO – Tenho muita honra em ouvir um aparte de um ateniense, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar – Senador Aureo Mello, eu é que me sinto profundamente honrado de poder apartear V. Exª, que, nesta

tardê, faz um discurso histórico pelo próprio raciocínio, mas histórico também haverá de ser pela defesa de Brasília. Quando V. Exª diz que existem penas ainda para defender esta cidade, nós, seus colegas, nos orgulhamos por haver vozes como a de V. Exª, no momento em que se disputa um segundo turno acirrado – comentávamos ainda há pouco –, em cujos debates se pergunta quem conhece o Córrego da Abadia ou o que é DML. V. Exª dá, neste momento, uma demonstração de que conhece profundamente a nossa cidade, a cidade de Brasília, que todos amamos; conhece os males que estão prestes a perturbar a sua paisagem, a sua concepção de monumento histórico mundial. É verdade que existem os Tartuces da vida; é verdade que, com sua fome e sede de lucros, esses investidores imobiliários tentam, em seu benefício, tirar da população de Brasília aquilo que ela tem de mais precioso, que é a individualidade. A cidade foi planejada pensando no homem, no seu bem-estar e no futuro. Aliamo-nos a V. Exª, por suas palavras e sua atuação do Congresso Nacional. Felizmente, sabemos que este não está somente nas mãos de empreiteiros e empresários, nem mesmo dos empresários da doença, que são os atuais donos de hospitais – as AIHs se transformaram no maior desvio de verbas, que prejudicou tremendamente a saúde pública no Brasil. Pois bem, esses industriais da doença, do desconforto, do concreto armado não haverão de ter forças, embora tenham dinheiro, embora tenham verba, para vencer o verbo de V. Exª. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. AUREO MELLO – Muito obrigado, nobre Senador Magno Bacelar. V. Exª, homem oriundo da Atenas brasileira, de São Luís do Maranhão, V. Exª não poderia ter outra reação que não fosse a de solidariedade a Brasília, diante da sede de ganhos desses construtores, que não se contentam em morar como verdadeiros sobas, em casas maravilhosas, que não se contentam em perflustar o estrangeiro a todo instante, que não ficam satisfeitos em ter aviões a jato, que, para eles, são como as bicicletas dos seus próprios filhos, e não se contentam em ser ouvidos com a subserviência com que os humildes se curvam diante dos potentes, que não se contentam em ser tratados, às vezes, na sua ignorância e no seu semi-analfabetismo, como se fossem altas personalidades, quando em realidade nada mais são do que uns amontoadores de argamassa que souberam vender o tijolo a preço de ouro, prejudicando, decerto, e muitas vezes, uma coletividade que veio tangida pelo ideal, pelo sonho, pelo desejo de transformar esta área perdida do centro do Brasil no coração pulsador das decisões nacionais. Eles não têm receio de tentar desfigurar a beleza poética da capital federal, da corte brasileira, motivo de admiração para as cidades de todo o mundo, de todo o planeta. E querem mais: querem dinheiro, querem fazer espigões para vender mais apartamentos e, vendendo mais apartamentos, ficarem mais ricos, transformando Brasília numa cidade corriqueira, numa cidade igual às outras megalópoles espalhadas pelo mundo inteiro.

O terreno que hoje abriga o Parque da Cidade foi disputado praticamente a tapa com os construtores, para se transformar numa área de lazer para a população de Brasília, que a ele acorre, aos sábados e domingos, como sendo uma concessão do Estado e do Município que lhes é proporcionada.

Foi um Governador maranhense e baiano, Elmo Serejo de Farias, quem teve a coragem e o bom senso de imediatamente demarcar a área da cidade para transformá-la num centro de distrações, que hoje é um oásis no meio da cidade, no instante em que, camaleiros cansados, vamos buscar um pouco de ar puro nas planícies curvas, meandros, arabescos, construções, palmeiras, árvores frutíferas e coisas lindas que ali foram depositadas celestialmente.

Mas se Elmo Serejo bobeasse, domisse 24 horas mais, ele poderia estar certo de que as garras de aço e titânio dessas verdadeiras onças da construção mobiliária brasileira teriam impedido que ele fizesse aquele parque da cidade, que tomou o nome do seu filho, falecido em um desastre, Rogério Pithon.

Por isso, ergo a minha voz juntando-a à de Sebastião Nery, gritando: há moiros na costa! Há moiros na costa! Há mouros à costa! Há mouros ante a costa! Há mouros subindo a costa! Precisamos de segurar os nossos porretes, as nossas marretas, as nossas baladeiras, as nossas durindanas, os nossos pedregulhos e os nossos sapatos velhos e os assestarmos na direção das testas da mourama que ululá freneticamente, anteendo o borbulhar do ouro, anteendo as vantagens da coisa loura que eles adoram ver dirigida a seus bolsinhos para que haja mais pobres e eles fiquem mais ricos. Tenho certeza de que o Governo do Distrito Federal, as bancadas do Distrito Federal, a mocidade para a qual Leônidas Cardoso tanto recomendava a mim, seu velho amigo, companheiro de presidência da Liga de Emancipação Nacional, que a ela sempre nos dirigíssemos, porque a mocidade sempre mete o ombro, embora erre, muitas vezes, o Senador Odacir Soares, os Senadores que aqui estão e os demais, todos nós meteremos o ombro para impedir esta brincadeira de mau gosto que o Sr. Wigberto teve a ousadia de proclamar, alto e bom som, em entrevista divulgada para todo o País, dizendo que Brasília precisa de espigões, que o Sr. Lúcio Costa é um pé-na-cova que já não raciocina bem e que o Sr. Niemeyer lhe acompanha esse pé.

Concluo, Sr. Presidente, porque o tema é fascinante. Lembro-me, inclusive, de quando nós – se não me engano, V. Ex.^a também fazia parte da Comissão do Distrito Federal – éramos, ao lado de Mauro Benevides, o nosso Presidente, terríveis defensores destas rechãs, destes chapadões, destas terras misteriosas e sagradas – sagradas! –, e estávamos prontos a evitar que se transformasse a capital do Brasil numa chafurda da qual saímos justamente porque era chafurda e não tinha a contribuição de calma, de serenidade, de oportunidade de equilíbrio que hoje em dia a nossa querida e mansa Brasília nos proporciona. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, inicialmente, quero lamentar não ter podido responder à provocação do Senador Aureo Mello para que eu intervisse no seu discurso. Pela variedade dos temas que S. Ex.^a abordou e pelo fato de eu ter chegado aqui após o início do seu discurso, não me foi possível sintetizar os vários assuntos e assim não pude apartá-lo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em rápidas palavras, desejo tecer algumas objetivas considerações sobre a medida provisória que acaba de ser assinada pelo Presidente Itamar Franco e que cria a Taxa de Juros de Longo Prazo, permitindo assim novos contratos de financiamentos com os bancos federais, principalmente com o BNDES, uma vez que esses contratos deixarão de ter a correção pela TR mais 6% ao ano. A recente medida tem como objetivo fundamental tornar mais barato o crédito já a partir de dezembro.

O meu discurso pretende abordar a questão do ponto de vista do BNDES, uma vez que a medida provisória estabelece que esse banco, nos contratos que vier a firmar com o empresariado especificamente – esses contratos também serão firmados com entidades públicas, mas o que me preocupa é com relação ao empresariado –, atenderá plenamente às determinações dessa medida provisória assinada pelo Presidente da República.

Em 27 de junho deste ano, fiz um discurso aqui no Senado sobre a validade do desempenho do Banco Nacional de Desenvol-

vimento Econômico e Social no cenário sócio-econômico brasileiro. Esse discurso teve como base um relatório do Ministro Olavo Drummond, do Tribunal de Contas da União. O Ministro Relator, amparado nos autos de auditoria operacional realizada pela 8ª SE-CEX do TCU naquele banco, tecia algumas considerações que não depõem a favor do BNDES.

O relatório é extenso, mas temos aqui algumas passagens que são bastante preocupantes e que até este momento não foram respondidas pelo banco perante o Tribunal de Contas da União nem perante a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

No relatório, a auditoria do Tribunal de Contas da União, em relação aos contratos de empréstimos firmados pelo banco com uma série de empresas brasileiras, dizia o seguinte:

As operações realizadas devem estar respaldadas por garantias que assegurem o retorno dos capitais emprestados, de modo a minimizar os riscos inerentes a esse tipo de operação e guardar consonância com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional no que tange à constituição de garantias em operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

De acordo com o Regulamento Geral de Operações do BNDES – RGO – e pelas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, a constituição de garantia real cumulativa com a garantia fidejussória, compreendendo essa última a concessão de fiança dos acionistas, pessoas físicas ou jurídicas que detenham, direta ou indiretamente, o controle do capital das empresas apoiadas ou outras pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, o valor da garantia deve corresponder, no mínimo, a 130% do valor da dívida.

O parecer do Ministro Olavo Drummond concluía que "dentre as questões suscitadas no relatório da auditoria reputo como a mais séria a que diz respeito ao nível de inadimplência para com o banco, cujo montante se elevava, em 31 de julho de 1993, a US\$ 5,8 bilhões."

Essa inspeção referia-se às contas do BNDES de 1993.

Segundo o relatório de auditoria interna – diz o Ministro Olavo Drummond – "inexiste um acompanhamento estruturado desses ativos. Assim, caso seja necessário a cobrança judicial, a recuperação dos créditos do BNDES poderá ser apenas parcial em razão principalmente:

- a) Bens dados em garantia sem estarem seguros;
- b) O nível de garantias por contratos podem estar abaixo do exigido no regulamento;
- c) Bens depreciados ou obsoletos;
- d) As garantias pessoas, como por exemplo fiança bancária, podem estar vencidas ou com valor defasado.

E continua:

Além desse descontrole o BNDES antes de executar uma empresa leve em consideração – o que é condenado também pelo Tribunal – morosidade dos processos judiciais, dívidas trabalhistas fiscais e para-fiscais dos devedores que preferem os créditos hipotecários e falências dos devedores.

A Coordenação de Controle deverá ser reestruturada, objetivando atender às necessidades do banco, mais especificamente, cumprir as disposições do Regu-

lamento Geral de Operações e das normas de acompanhamento.

A equipe de auditoria, ante as falhas e irregularidades e pontos críticos observados nas operações do BNDES, concluiu o relatório de auditoria operacional, propondo ao Tribunal:

a – Recomendar à diretoria do banco que, primeiro, agilize estudos no âmbito do Sistema BNDES no sentido de promover e acelerar a descentralização das suas aplicações, de modo a privilegiar projetos viáveis nas regiões mais carentes, reduzindo as disparidades e minimizando as tensões sociais via geração de empregos e distribuição de rendas, impulsionando o desenvolvimento.

b – Acelerar as providências já em andamento no banco, visando criar e viabilizar uma linha de crédito específica, destinadas às micro, pequenas e médias empresas, estimulando a geração de emprego e aumentando a oferta de produtos.

c – Examinar a possibilidade e empreender gestões junto às autoridades competentes, se for o caso, de se voltar a priorizar empreendimentos públicos ou privados em grandes projetos viáveis e imprescindíveis de infraestrutura, objetivando atender às previsíveis demandas de energia, transporte e outros, após a retomada do desenvolvimento sustentado do País;

d – Eliminar a prática de conceder novos créditos, a qualquer títulos, a empresas ou grupos econômicos tradicionalmente inadimplentes perante o sistema do BNDES;

O que ocorre com frequência, e é por isso que estou fazendo esta advertência e este discurso.

Vou repetir:

d – Eliminar a prática de conceder novos créditos, a qualquer título, a empresas ou grupos econômicos tradicionalmente inadimplentes perante o sistema do BNDES;

e – Adotar medidas no sentido de implementar uma política mais agressiva de recuperação de crédito em curso problemático, evitando-se prolongadas, morosas e sucessivas renegociações de dívidas, geralmente em condições favoráveis aos mutuários, sem a devida contrapartida pecuniária, de modo a torná-la mais eficiente e eficaz, maximizando o retorno desses recursos aos cofres do banco;

f – Reduzir o grau de informalismo praticado pelo banco – informalismo, Sr. Presidente, em relação ao banco, significa corrupção – em todas as etapas das suas relações com os clientes – e os clientes, Srs. Senadores, são as grandes empresas brasileiras – inadimplentes ou não, de forma a conferir maior transparência às operações de crédito realizadas, minimizando o risco de eventuais desvios na aplicação dos recursos concedidos;

g – Evitar por ocasião das renegociações de dívidas, a dispensa de encargos incidentes sobre débitos em atraso – fato que não acontece em relação aos pequenos tomadores de crédito junto ao Banco do Brasil, de quem se cobra tudo – previstos em contrato e nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, no intuito de desestimular os inadimplentes e, sobretudo, incrementar o retorno integral dos créditos devidos aos cofres do banco;

h – aprimorar o sistema de controle e avaliação de garantias dos financiamentos concedidos com vistas a desenvolver um acompanhamento prévio – que não ocorre hoje –, concomitante e subsequente desses ativos, mantendo-os atualizados e suficientes para resguardar os créditos do banco em caso de eventual utilização da via judicial para o seu recebimento;

i – evitar a celebração de contratos previamente à apreciação dos órgãos de Deliberação Superior do Banco, observados os níveis de alçada estabelecidos por falta de amparo legal ou regulamentar a respeito;

j – observar rigorosamente as normas do Banco Central do Brasil relativas à transferência de créditos em curso anormal para a conta Créditos em Liquidação, especialmente as Resoluções nºs 1.748, de 30.08.90, e 1.999/93, de 30.06.93, inclusive fazendo constar das notas explicativas às demonstrações financeiras a serem publicadas, esclarecimentos acerca da eventual não contabilização da referida conta dos créditos em atraso do setor público, bem como os correspondentes efeitos no Patrimônio Líquido e no resultado, devidamente quantificados em termos de valores e percentuais, conforme determina o art. 1º, inciso III, da Resolução nº 1.999 mencionada;

l) reformular as fórmulas de cálculos de juros de mora e demais variáveis que compõem as prestações, visando à uniformização dos procedimentos e redução do número de moedas utilizadas.

Determina ainda o Ministro Olavo Drummond que este parecer seja encaminhado ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, para que, no exercício da supervisão ministerial, tome as medidas necessárias que entender pertinentes no âmbito de sua Pasta – inclusive, estou requerendo ao Sr. Ministro essas providências.

Autorizar também a juntada do processo às contas do banco referentes ao exercício de 93.

O Ministro Olavo Drummond determinou ao BNDES que, no prazo de 90 dias, o Tribunal fosse informado sobre a implementação das medidas aqui sugeridas.

Estou solicitando também não apenas ao BNDES, mas ao Tribunal, a relação dessas empresas inadimplentes, pois, se medidas urgentes, sérias e austeras não forem tomadas, se há como informar este relatório e este parecer, elas serão agora beneficiadas com novos empréstimos a juros mais baixos, ampliando, dessa forma, o volume de inadimplência do banco que, ano passado, estava estimada em quase 6 bilhões de dólares.

O voto final do Ministro Olavo Drummond é o seguinte:

A auditoria operacional, cujo Relatório se examina nesta assentada, foi, ao mesmo tempo, minuciosa e abrangente.

Logrou detectar falhas e impropriedades que vêm contribuindo para a pouca eficácia das operações do banco.

Impende observar, porém, que as questionadas operações têm tido respaldo nas determinações das políticas governamentais acerca de investimentos, sendo, na realidade, o banco delas executor fiel.

Diz o Ministro que o banco exercitava políticas governamentais, mas fora dos procedimentos bancários aplicáveis à espécie. Não obstante, pode e deve o BNDES adotar medidas na esfera de sua competência que contribuam para melhorar seu desempenho como sugerido.

Dentre as questões suscitadas no relatório de auditoria, reputo como a mais séria a que diz respeito ao nível de inadimplência para com o banco, cujo montante se elevava, em 31 de julho de 1993, a 5,8 bilhões de dólares. A esse respeito, porém, os esclarecimentos prestados não arrazoado mencionado no Relatório que antecede este voto indicam que as operações contratuais líquidas inadimplidas montavam apenas 1,13 bilhões de dólares (fls. 69), no corrente mês – já no mês de maio de 1994. (...) Não obstante a divergência alvitrada, como, de resto, todas as demais, vez que o banco, apenas, procurou explicar os aspectos levantados pela auditoria, não os contestando, em essência.

Esse é o relatório e o voto do Ministro Olavo Drummond, aprovado por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União.

O mais grave, Sr. Presidente, é que essa inadimplência reiterada, continuada, pode ser ampliada, agora, com essa política do Presidente Itamar Franco, objeto de medida provisória assinada ontem.

Apesar de essa política executada pelo BNDES estar de acordo com a política do Governo Federal, segundo o relatório,

agravaram-se, em decorrência da execução dessa política, as desigualdades de classe e regionais em todo o País, haja vista o quadro econômico-financeiro e social por que passamos, atualmente representado, dentre outros indicadores, por mais de 32 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, altos índices de desemprego, exacerbado processo inflacionário, à época, e poucos Estados ricos, contrastando com a maioria pobre.

Portanto, este pronunciamento, que se pode remeter ao primeiro que fiz nesta Casa, em 27 de junho de 94, tem como objetivo contribuir para que a intenção do Presidente Itamar Franco de reduzir, de tornar mais barato o crédito a partir de dezembro, com a taxa de longo prazo à indústria, não seja anulado pelo fato de continuar o BNDES executando uma política de concessão de créditos concentradora, porque as empresas são as mesmas e lesivas aos interesses do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hidekel Freitas.

O SR. HIDEKEL FREITAS (PPR-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, como a Imprensa vem reiteradamente denunciando, a violência no Estado do Rio de Janeiro vem atingindo níveis insuportáveis, colocando em risco a incolumidade física de toda a população fluminense, que virtualmente se tornou refém do crime organizado, especialmente dos narcotraficantes.

Entretanto, há um outro tipo de violência, dos mais graves, perpetrado pelas autoridades governamentais contra a ordeira e laboriosa população de meu Estado, e que raramente chega às páginas dos jornais e aos noticiários das emissoras de televisão.

Trata-se, Sr. Presidente, da falta de saneamento básico que ocorre, principalmente na Baixada Fluminense e que é responsável pela multiplicação de toda sorte de enfermidades da maior gravidade.

De fato, a inexistência de águas devidamente tratadas, de esgotos e de dragagem e canalização de cursos d'água, é responsável, em grande parte, pela crise sem precedentes que assola a saúde pública no Estado do Rio de Janeiro, pois enseja a proliferação de micro-organismos patogênicos responsáveis por doenças letais

como o dengue, o cólera, a febre amarela, o tifo e tantas outras, transmitidas por insetos e outros agentes.

No caso da Baixada Fluminense, a situação ainda mais se agrava, por alcançar uma enorme população de aproximadamente três milhões de habitantes, que se espalham pelos municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Japeri.

A região é cortada por vários rios, que estão de lá muito a exigir obras de dragagem, de drenagem e de canalização, em alguns casos.

Duque de Caxias, por exemplo, é um município de grande significação sócio-econômica, dispondo de uma enorme refinaria de petróleo e sendo e sendo importante entroncamento rodoviário, interligando os Estados de Minas Gerais e São Paulo e o norte Fluminense.

Temos, reiteradamente, reclamado providências do Governo Federal sobre a necessidade de obras de infra-estrutura de saneamento básico na região, especialmente no super populoso 1º Distrito, em Jardim Primavera, Sarcunna, Imbariê, Santa Cruz da Serra e Xerém.

Desejamos, por conseguinte, mais uma vez, desta tribuna, dirigirmos veemente apelo aos órgãos competentes da União para que seja deflagrado, com a máxima urgência, um programa de saneamento básico para a Baixada Fluminense, em especial para Duque de Caxias.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Gilberto Miranda – Humberto Lucena – Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência dispensa na presente sessão o período destinado a Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (Nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S. A., Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;
– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaia, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de

Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo
Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

– 16 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portela, em substituição à Comissão de Educação.

– 17 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

– 19 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

– 20 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Mariana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

– 21 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 22 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda., atualmente denominada Rede Fênix de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 23 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 24 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 25 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 26 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1994 (nº 4.672/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 27 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1994 (nº 4.468/94, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém - PA, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 28 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126 DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1994 (nº 4.604/94, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que inclui as categorias funcionais de Auxiliares de Transporte, Administrativo, de Vigilância e Artesanato no Nível de Assistente, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 29 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1994 - CN

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1994 - CN, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 30 -

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTF, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 31 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1994 (nº 3.383/92, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, tendo

Parecer favorável, sob nº 196, de 1994, da Comissão de Assuntos Sociais

- 32 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1993 (nº 1.809/89, na Casa de origem), que altera a redação do parágrafo único do art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

- 33 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que autoriza o Poder executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

– 34 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de autoria da Senadora Júnia Marise, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 35 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens produzidos no Brasil e destinados à pesquisa científica e tecnológica. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 36 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que determina que os Institutos Médico-Legais comuniquem à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência as mortes violentas ocorridas com crianças e adolescentes. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h10min.)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 332, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.628/94.0, resolve aposentar, voluntariamente, AGRIMALDO DA SILVA BRITO, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, 193, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34 § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de outubro de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 333, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora

nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.061/94.4, resolve aposentar, voluntariamente, EVANY PEREIRA REIS, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34 § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 1º de novembro de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 334, DE 1994

O Primeiro Secretário, no exercício da Presidência do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.760/94.2, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 132, de 1991, publicado no DCN, Seção II, de 31 de janeiro de 1991, para manter aposentada, com proventos integrais, a servidora REGINA PELOSI SILVA, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, 67 e 193, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os arts. 34 § 2º e 37 da Resolução do Senado Federal nº 42/93, a partir de 1º de abril de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 1º de novembro de 1994. – Senador Júlio Campos, Presidente do Senado Federal em exercício.

ATO DO PRESIDENTE Nº 335, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Processo nº 019.029/94-2, resolve prorrogar, por 10 (dez) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial designada pelo Ato do Presidente nº 289, de 1994.

Senado Federal, 31 de outubro de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 131, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 283 do Regulamento Administrativo, resolve, designar os servidores ADEMAR FERRERIA GOMES (matrícula nº 5107) e MARIA DA GRAÇA RIBEIRO NASCIMENTO (matrícula nº 3512) para integrarem o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria do Diretor-Geral nº 53, de 1994, em substituição aos servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA (matrícula nº 4741) e MARCOS SANTIAGO NAUD (matrícula nº 3712), respectivamente.

Senado Federal, 31 de outubro de 1994. – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 132, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 019.165/94-3 resolve nomear JEFFERSON LEVY ESPÍNDOLA DIAS para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de

Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Levy Dias.

Senado Federal, 1º de novembro de 1994. – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 133, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 019.166/94-0 resolve

alterar o Ato do Diretor-Geral nº 47, de 1994, para que PAULO NELSON DUARTE MENDONÇA, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Levy Dias, passe a ter lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 1º de novembro de 1994.

Senado Federal, 1º de novembro de 1994, – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

MESA

(Biênio 1993/94)

Presidente:
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL)

1º Vice-Presidente:
ADYLSO MOTA (PPR)

2º Vice-Presidente:
FERNANDO LYRA (PSB)

1º Secretário:
WILSON CAMPOS (PSDB)
2º Secretário:
CARDOSO ALVES (PTB)
3º Secretário:
AÉCIO NEVES (PSDB)
4º Secretário:
B. SÁ (PP)

Suplentes:
EDMAR MOREIRA (PP)

FRANCISCO COELHO (PFL)

JOÃO TEIXEIRA (PL)

ALCIDES MODESTO (PT)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMDB

Líder: TARCÍSIO DELGADO

Vice-Líderes:

Germano Rigotto
Aloísio Vasconcelos
Euler Ribeiro
Fernando Diniz
Geddel Vieira Lima
Gonzaga Mota
João Almeida
João Henrique
João Fagundes

João Thomé
José Luiz Clerot
José Thomaz Nonô
Mauro Miranda
Neuto do Conto
Rita Camata
Roberto Valadão
Valter Pereira
Zaire Rezende

BLOCO PARLAMENTAR (PFL/PSC)

Líder: LUÍS EDUARDO

Vice-Líderes:

Arolde de Oliveira
Antonio Holanda
Antonio dos Santos
Atila Lins
Efraim Moraes
Eraldo Tinoco
Humberto Souto
Jesus Tajra

Maluly Netto
Maurício Calixto
Messias Góis
Nelson Morro
Ney Lopes
Paes Landim
Roberto Magalhães
Ronaldo Caiado

José Carlos Aleluia
José Múcio Monteiro

Samey Filho

PARTIDO PROGRESSISTA REFORMADOR

PPR

Líder: MARCELO ROMANO MACHADO

Vice-Líderes:

Amaral Netto
Armando Pinheiro
Basilio Villani
Gérson Peres
Eraldo Trindade
Fernando Freire
Francisco Dornelles

José Lourenço
Pauderney Avelino
Paulo Duarte
Paulo Mandarino
Roberto Campos
Samir Tannus
Victor Faccioni

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSDB

Líder: ARTUR DA TÁVOLA

Vice-Líderes:

Signaringa Seixas
Flávio Ams
Adroaldo Streck
Jabes Ribeiro
Sérgio Gaudenzi

Geraldo Alckimin Filho
Luiz Máximo
José Abrão
Jackson Pereira

PARTIDO POPULAR

PP

Líder: RAUL BELÉM

Vice-Líderes:

Benedito Domingos (1º Vice)	Odelmo Leão
Luiz Carlos Hauly	Marcelo Luz
José Linhares	Costa Ferreira
Valdenor Guedes	Vadão Gomes
Mário Chermont	Wagner do Nascimento

PARTIDO DO TRABALHADOR

PT

Líder: JOSÉ FORTUNATI

Vice-Líderes:

Chico Vigilante	Luiz Gushiken
Éden Pedroso	Nilmário Miranda
Eduardo Jorge	Valdir Ganzer
Jaques Wagner	

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT

Líder: LUIZ SALOMÃO

Vice-Líderes

Beth Azize (1º Vice)	Benedito de Figueiredo
Carlos Lupi	Edson Silva
Paulo Ramos	Mendonça Neto
Giovanni Queiroz	

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PTB

Líder: NELSON TRAD

Vice-Líderes:

Roberto Jefferson (1º Vice)	Paulo Heskander
Carlos Kayath	João Mendes
Elisio Curvo	Bonifácio de Andrada

PARTIDO LIBERAL

PL

Líder: VALDEMAR COSTA NETO

Vice-líderes:

Jones Santos Neves (1º Vice)	João Teixeira
Getúlio Neiva	

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSB

Líder: MIGUEL ARRAES

Vice-Líderes:

Luiz Piauhyllino (1º vice)
Roberto Franca

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSD

Líder: PAULO DE ALMEIDA

Vice-Líderes:

Edi Siliprandi (1º Vice)
Irani Barbosa

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PC do B

Líder: HAROLDO LIMA

Vice-Líderes:

Aldo Rebelo
Sérgio Miranda
PARÁGRAFO 4º, ART. 9º R.L.
PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

PRN

José Carlos Vasconcellos

PPS

PSTU

Ernesto Gradella

PMN

Jerônimo Reis

PV

Sidney de Miguel

PRONA

Regina Gordilho

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: LUIZ CARLOS SANTOS

Vice-Líderes:

Gastone Righi	Moroni Torgan
Raul Belém	Luiz Carlos Hauly
Roseana Sarney	

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Deputado Nelson Marquezelli (PTB)
1º Vice-Presidente: Deputado Rose de Freitas (PSDB)
2º Vice-Presidente: Deputado Valdir Colatto (PMDB)
3º Vice-Presidente: Deputado Romel Anísio (PP)

Titulares **Suplentes**

PMDB

Dejandir Dalpasquale	Abelardo Lupion (PFL)
Freire Júnior	Antonio Barbara
Hélio Rosas	Haley Margon
Ivo Mainardi	José Augusto Curvo
Joni Varisco	Paulo Novaes
Lázaro Barbosa	Pinheiro Landim
Moacir Micheletto	4 vagas
Naphtali Alves de Souza	
Odacir Klein	
Valdir Colatto	

PFL

Adauto Pereira	Antônio Ueno
Aroldo Cedraz	Cleonânicio Fonseca (PPR)
Francisco Coelho	Daniel Silva
Iberê Ferreira	Fátima Pelaes
Jonas Pinheiro	Jorge Khoury
Mavial Cavalcanti	José Múcio Monteiro
Oswaldo Coelho	Lael Varella
Ronaldo Caiado	Osório Adriano
Waldir Guerra	Rivaldo Medeiros

PPR

Arno Magarinos	Carlos Azambuja
Avelino Costa	Fetter Júnior
Fábio Meirelles	Luciano Castro
Hugo Biehl	Otto Cunha
Leomar Quintanilha	Paulo Mandarino
Tadashi Kuriki	Paulo Mourão
Victor Faccioni	Roberto Balestra

PSDB

Beraldo Boaventura	Antônio Faleiros
Deni Schwartz	Flávio Arns
Derval de Paiva (PMDB)	Jabes Ribeiro
Pedro Abrão (PTB)	Jayme Santana
Rose de Freitas	Wilson Moreira

PP

Augustinho Freitas	Delcino Tavares
Avenir Rosa	Edilson Fidélis
Odelmo Leão	Mauro Borges
Oswaldo Reis	Pedro Valadares
Romel Anísio	Reditário Cassol

PDT

Aldo Pinto	Edson Silva
Carlos Cardinal	Junot Abi-Ramia
Giovanni Queiroz	Vivaldo Barbosa
Luiz Girão	1 vaga

PT

Adão Pretto	Alcides Modesto
Célia Mendes (PPR)	José Cicote
Luci Choinaki	Maria Laura

Pedro Tonelli Tilden Santiago

PTB

José Rezende	Camilo Machado
Nelson Marquezelli	Etevalda Grassi de Menezes
Roberto Torres	Wilson Cunha

PL

Ribeiro Tavares	Diogo Nomura
Valdir Ganzer (PT)	João Teixeira

PSD

Pascoal Novaps	Edi Siliprandi
----------------	----------------

PSB

Álvaro Ribeiro	Philemon Rodrigues (PTB)
----------------	--------------------------

PC do B

João Thomé (PMDB)	Armando Costa (PMDB)
-------------------	----------------------

PRN

Zé Gomes da Rocha	José Carlos Vasconcellos
-------------------	--------------------------

Secretária: Márcia Ferreira R. de Almeida
Ramais: 6979/6978/6981
Reunião: 4ªs e 5ªs feiras - 9 horas
Plenário 114 (Bloco das Lideranças)

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Deputado Humberto Souto (PFL)
1º Vice-Presidente: Deputado Luiz Moreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB)
3º Vice-Presidente: Deputado Luciano Castro (PPR)

Titulares **Suplentes**

PMDB

Aloísio Vasconcelos	Antônio Brito
Domingos Juvenil	Ary Kara
João Almeida	Hélio Rosas
Jório de Barros	Manoel Ribeiro
Nelson Proença	Pedro Irujo
Pinheiro Landim	6 vagas
Roberto Valadão	
Virmondes Cruvinel	
Wagner Rossi	
Walter Nory	
1 vaga	

PFL

Ângelo Magalhães	Aldir Cabral
Aroldo de Oliveira	Antonio dos Santos
César Souza	Aracely de Paula
Humberto Souto	Aroldo Cedraz
José Jorge	Cesar Bandeira
José Mendonça Bezerra	Ivânio Guerra
Luiz Moreira	Leur Lomanto
Luiz Viana Neto	Luciano Pizzatto
Werner Wanderer	Maurício Najar

PPR

Beto Mansur	Celso Bernardi
Eraldo Trindade	Cunha

José Luiz Maia
Luciano Castro
Pauderney Avelino
Roberto Campos
Samir Tannus

PSDB

Adroaldo Streck
Ariosto Holanda
João Faustino
Koyu Iha
Paulo Silva

PP

Carlos Sant'Anna
Eduardo Matias
José Diogo
Laprovita Vieira
Vadão Gomes

PDT

Aroldo Goes
Edson Silva
Fernando Lopes
José Vicente Brizola

PT

Irma Passoni
João Teixeira (PL)
Lourival Freitas
Tilden Santiago

PTB

Carlos Roberto Massa
José Elias
Paulo Heslander

PL

Fausto Rocha
Getúlio Neiva

PSD

Matheus Jensen

PSB

Uldurico Pinto

PC do B

Maluly Netto (PFL)

PRN

José Carlos Vasconcellos

Secretária: Maria Ivone do Espírito Santo
Ramais: 6906/6907/6908/6910
Reunião: 4ªs feiras - 10 horas - Plenário, sala 8

Gerson Peres
Jose Teles
Tadashi Kuriki
Vitório Malta
1 vaga

Jose Abrão
Luiz Pontes
Maurílio Ferreira Lima
Waldir Pires
1 vaga

Alberto Haddad
Francisco Silva
José Felinto
Romel Anísio
Sérgio Naya

Beth Azize
Cidinha Campos
Vital do Rêgo
1 vaga

Frederico Fernandes
Jaques Wagner
José Fortunati
1 vaga

Gastone Righi
Roberto Torres
1 vaga

João Melão Neto
Robson Tuma

Edi Siliprandi

1 vaga

Abelardo Lupion (PFL)

Paulo Octávio

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado José Thomaz Nonô (PMDB)
1º Vice-Presidente: Deputado José Dutra (PMDB)
2º Vice-Presidente: Deputado Vilmar Rocha (PFL)
3º Vice-Presidente: Deputado Carlos Kayath (PTB)

Titulares

Suplentes

PMDB

Ary Kara
Felipe Neri
João Natal
José Dutra
José Luiz Clerot
José Thomaz Nonô
Maurici Mariano
Mendes Ribeiro
Nelson Jobim
Nestor Duarte
Valter Pereira

Armando Viola
Fernando Diniz
Freire Júnior
Gilvan Borges
Henrique Eduardo Alves
João Fagundes
João Henrique
Michel Temer
Nicias Ribeiro
2 vagas

PFL

Antônio dos Santos
Délcio Braz
Ivan Burity
Maurício Calixto
Maurício Najár
Ney Lopes
Tony Gel
Tourinho Dantas
Vilmar Rocha

Everaldo de Oliveira
Jesus Tajra
Jonas Pinheiro
José Falcão
Luis Eduardo
Maluly Neto
Nelson Morro
Rubem Medina
Rubem Bento

PPR

Gerson Peres
Ibrahim Abi-Ackel
Jose Burnett
José Maria Eymaiei
Oswaldo Melo
Prisco Viana
Vasco Furlan

Antonio Morimoto
Armando Pinheiro
Cleonancio Fonseca
Fábio Meirelles
Fernando Freire
Jair Bolsonaro
Roberto Campos

PSDB

Edmundo Galdino
José Abrão
Luiz Máximo
Moroni Torgan
Sigmaringa Seixas

Adroaldo Streck
Deni Schwartz
Fábio Feldmann
João Faustino
Paulo Silva

PP

Benedito Domingos
Carlos Scarpelini
Edison Fidélis
Marcos Medrado
Valdenor Guedes

Júlio Cabral
Luiz Carlos Hauly
Mário Chermont
Mário de Oliveira
Vadão Gomes

PDT

Benedito de Figueiredo
Beth Azize
Paulo Ramos
Wilson Müller

Carrión Júnior
Liberato Caboclo
Mendonça Neto
1 vaga

PT

Edésio Passos
Hélio Bicudo
Helvécio Castello

José Dirceu
Nilmário Miranda
Pedro Tonelli

José Genoíno Sandra Starling

PTB

Bonifácio de Andrada
Carlos Kayath
Gastone Righi

Ervin Bonkoski
Israel Pinheiro
Roberto Jefferson

PL

Oscar Travassos
Robson Tuma

Agostinho Valente (PT)
Ribeiro Tavares

PSD

Irani Barbosa

Edi Siliprandi

PSB

Roberto Franca

Nilson Gibson (PMN)

PC do B

Sérgio Miranda

Haroldo Lima

PRN

Euclydes Mello Ze Gomes da Rocha
Secretário: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Ramais: 6922 a 6925

Reunião: 3's, 4's e 5's feiras - 10 horas - Plenário, sala 1

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,
MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

Presidente: Deputado Zaire Rezende (PMDB)

1º Vice-Presidente: Deputado Neuto de Conto (PMDB)

2º Vice-Presidente: Deputado Sandra Starling (PT)

3º Vice-Presidente: Deputado Tuga Angerami (PSDB)

Titulares

Suplentes

PMDB

Michel Temer
Neuto de Conto
Tarcísio Delgado
Zaire Rezende
Zila Bezerra

Rita Camata
Valdir Colatto
3 vagas

PFL

Etevaldo Nogueira
Luciano Pizzatto
Socorro Gomes (PC do B)
2 vagas

Francisco Coelho
Jandira Feghali (PC do B)
Maurício Calixto
Mauro Fecury
Samey Filho

PPR

Amaral Netto
Eurico Ribeiro
2 vagas

Avelino Costa
Célia Mendes
Hugo Biehl
Sandra Cavalcanti

PSDB

Fábio Feldmann
Marco Penaforte
Tuga Angerami

Beraldo Boaventura
Luiz Máximo
Munhoz da Rocha

PP

Mário Chermont
Raul Belém
Reditário Cassol

Augustinho Freitas
João Maia
Nan Souza

PDT

José Carlos Coutinho
1 vaga

Aroldo Goes
Carlos Cardinal

PT

Jaques Wagner
Sandra Starling

Benedita da Silva
Paulo Delgado

PTB

1 vaga

Carlos Roberto Massa

PL

Valdemar Costa Neto

Nelson Bornier

PV

Sidney de Miguel

Paulo Bernardo (PT)

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Ramais: 6930/6931/6932/6933/6934/6935

Reunião: 4's feiras, 10 horas - Sala 3 - Anexo - II - Plenário 13

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente: Deputado Miro Teixeira (PDT)

1º Vice-Presidente: Deputado Marino Clinger (PDT)

2º Vice-Presidente: Deputado Wilson Moreira (PSDB)

3º Vice-Presidente: Deputado Osório Adriano (PFL)

Titulares

Suplentes

PMDB

Antonio Barbara
Gonzaga Mota
Homero Oguido
João Fagundes
Oswaldo Stecca
Roberto Brant (PTB)

Adauto Pereira (PFL)
Germano Rigoto
Luís Roberto Ponte
3 vagas

PFL

Darci Coelho
Eraldo Tinoco
Gilson Machado
José Múcio Monteiro
Osório Adriano
Rubem Medina

Arolde de Oliveira
Gustavo Krause
José Jorge
Luiz Viana Neto
Manoel Castro
Waldir Guerra

PPR

Fetter Júnior
Jarvis Gaidzinski
Paulo Mourão
Roberto Balestra

Delfim Netto
Francisco Dornelles
João Tota
José Luiz Maia

PSDB

Saulo Coelho
Vittorio Mediolli
Wilson Moreira

Jackson Pereira
Koyu Iha
Sergio Gaudenzi

PP

Emani Viana
Lúcia Vânia
Renato Johnsson

Edison Fidélis
José Diogo
1 vaga

PDT

Marino Clinger
Miro Teixeira

Giovanni Queiroz
Max Rosenmann

PT

Haroldo Sabóia
João Melão Neto (PL)

Aloízio Mercadante
Vladimir Palmeira

PTB

Ervin Bonkoski

Félix Mendonça

João Mendes		Pedro Abrão
	PL	
Jones Santos Neves		Getúlio Neiva
	PSD	
Luiz Dantas		Cleto Falcão
	PSB	
Basilio Villani (PPR)		Jamil Haddad
	PPS	
Roberto Freire		Sergio Arouca
	PSC	
Israel Pinheiro (PTB)		1 vaga
Secretária: Anamelia Ribeiro Correia de Araujo		
Ramais: 7024 a 7026		
Reunião: 4 ^{as} feiras - 10horas - Plenário 112		
(Bloco das Lideranças)		

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Deputado Aécio de Borba (PPR)		
1º Vice-Presidente: Deputada Ângela Amin (PPR)		
2º Vice-Presidente: Deputado Ciro Nogueira (PFL)		
3º Vice-Presidente: Deputado Adelaide Neri (PMDB)		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Adelaide Neri		Aldo Rebelo (PC do B)
Henrique Eduardo Alves		João Thomé
Ivandro Cunha Lima		José Belato
João Henrique		2 vagas
Renildo Calheiros (PC do B)		
	PFL	
Átila Lira		Ângelo Magalhães
Ciro Nogueira		Eraldo Tinoco
Evaldo Gonçalves		Mavíael Cavalcanti
Ézio Ferreira		Oswaldo Coelho
Roseana Sarney		1 vaga
	PPR	
Aécio de Borba		Arno Magarinos
Ângela Amin		Francisco Evangelista
Celso Bernardi		Marily Guimarães (PFL)
Maria Valadão		Ronivon Santiago
	PSDB	
Flávio Ams		Ariosto Holanda
Osmânio Pereira		Artur da Távola
Ubiratan Aguiar		Tuga Angerami
	PP	
Mário de Oliveira		Costa Ferreira
Wagner do Nascimento		José Linhares
	PDT	
Carlos Lupi		José Vicente Brizola
Vivaldo Barbosa		Messias Soares
	PT	
Florestan Fernandes		Irma Passoni
Paulo Delgado		Lourival Freitas

	PTB
Flávio Palmier da Veiga (PSDB)	Bonifácio de Andrada
1 vaga	1 vaga
	PL
Álvaro Valle	Flávio Rocha
	PSD
1 vaga	Irani Barbosa
Secretária: Celia Maria de Oliveira	
Ramais: 7010/7013 e 6903/6905	
Reunião: 4 ^{as} feiras, 10horas - Plenário, sala 15	

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Deputado Reinhold Stephanes (PFL)	
1º Vice-Presidente: Deputado Felix Mendonça (PTB)	
2º Vice-Presidente: Deputado Delfim Netto (PPR)	
3º Vice-Presidente: Deputado Max Rosenmann (PDT)	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Fernando Diniz	Alberto Goldman
Geddel Vieira Lima	Gonzaga Mota
Germano Rigotto	Jose Geraldo
Luís Roberto Ponte	Nelson Jobim
Luiz Carlos Santos	Odacir Klein
Pedro Novais	3 vagas
Pedro Tassis	
	PFL
Benito Gama	Etevaldo Nogueira
Gustavo Krause	Gilson Machado
José Falcão	Humberto Souto
Manoel Castro	José Reinaldo
Mussa Demes	Tourinho Dantas
Reinhold Stephanes	Vilmar Rocha
	PPR
Delfim Netto	Basilio Villani
Francisco Domelles	José Maria Eymael
José Lourenço	Paulo Mourão
Paulo Mandarino	Roberto Campos
	PSDB
Jackson Pereira	Clóvis Assis
José Aníbal	Rose de Freitas
José Serra	Sérgio Machado
	PP
Flávio Derzi	Carlos Camurça
Luiz Carlos Hauly	Laprovita Vieira
Sérgio Naya	Lúcia Vania
	PDT
Carion Júnior	Décio Knop
Max Rosenmann	Luiz Salomão
	PT
Aloísio Mercadante	Luiz Gushiken
Eden Pedroso	1 vaga
	PTB
Félix Mendonça	Blisio Curvo

João Carlos Bacelar
PL

Flávio Rocha
Jones Santos Neves

Ricardo Murad
Regina Gordilho (PRONA)

Sérgio Guerra
Uldurico Pinto

Augusto Carvalho
Roberto Freire

Secretária: Maria Linda Magalhães
Ramais: 6959/6960/6989
Reunião: 4ªs feiras – 10horas – Plenário, sala 5

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Deputado Elias Murad (PSDB)

1º Vice-Presidente: Deputado Elísio Curvo (PTB)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente: Deputado Francisco Diógenes (PMDB)

Titulares
Suplentes

Francisco Diógenes
Edison Andrino

Gilvan Borges
Marcelo Barbieri

Marcos Lima
Mauro Miranda

Paulo Titan
2 vagas

Sérgio Brito (PSD)

Aracely de Paula
Alacid Nunes

José Santana de Vasconcellos
José Carlos Aleluia

Murilo Pinheiro
Vicente Fialho

Sérgio Barcellos
Werner Wanderer

Carlos Azambuja
Eurico Ribeiro

Ricardo Izar
Paulo Bauer

Vitório Malta
Victor Faccioni

Elias Murad
Aparecido Carvalho

Paulino Cícero de Vasconcellos
Lézio Sathler

José Felinto
Avenir Rosa

Mauro Borges
Marcelo Luz

José Maurício
Sérgio Cury

Márcia Cibilis Viana
Valdomiro Lima

Agostinho Valente
Adão Pretto

Alcides Modesto
Alceste Almeida (PTB)

Elísio Curvo
Leopoldo Bessone

Ruben Bento (PFL)
Ribeiro Tavares

PSTU

Alberto Haddad (PP)
1 vaga

PRONA

Regina Gordilho
Matheus Iensen (PSD)

PMN

1 vaga
1 vaga

Secretária: Maria Eunice Torres Vilas Boas

Ramais: 6944/6946

Reunião: 4ªs feiras – 10horas – Plenário, sala 21

COMISSÃO DE RELAÇÕES

EXTERIORES

Presidente: Deputado Salatiel Carvalho (PP)

1º Vice-Presidente: Deputado Júlio Cabral (PP)

2º Vice-Presidente: Deputado Genésio Bernardino (PMDB)

3º Vice-Presidente: Deputado José Teles (PPR)

Titulares
Suplentes

PMDB

Djenal Gonçalves (PSDB)

Genésio Bernardino

Hermínio Calvino

Luiz Henrique

Mauro Sampaio

Neif Jabur

Roberto Rollemberg

1 vaga

Felipe Neri

Laíre Rosado

Luiz Carlos Santos

Murilo Rezende

4 vagas

PFL

Antônio Ueno

Efraim Moraes

Leur Lomanto

Messias Gois

Nelson Morro

Samney Filho

1 vaga

Átila Lins

Benito Gama

Evaldo Gonçalves

Ivan Burity

Paes Landim

Pedro Correa

Tony Gel

PPR

Cunha Bueno

Fernando Freire

João de Deus Antunes

José Teles

Osvaldo Bender

Fernando Carrion

José Lourenço

Osvaldo Melo

Paudemey Avelino

Paulo Duarte

PSDB

Artur da Távola

Jayme Santana

Jutahy Júnior

Waldir Pires

Flávio Palmier da Veiga

Paulino Cícero de Vasconcellos

Sigmaringa Seixas

Ubiratan Aguiar

PP

Costa Ferreira

Júlio Cabral

Pedro Valadares

Salatiel Carvalho

Carlos Sacarpelini

Mendes Botelho

Paulo Portugal

Wagner do Nascimento

PDT

Décio Knop

Élio Dalla-Vecchia

Mendonça Neto

Aldo Pinto

Amaury Müller

José Maurício

PT
Benedita da Silva
Luiz Gushiken
Sérgio Gaudenzi (PSDB)

Eden Pedroso
Fausto Rocha (PL)
Hélio Bicudo

PTB
Leopoldo Bessone
Rodrigues Palma

Carlos Kayath
Haroldo Sabóia (PT)

PL
Diogo Nomura

Álvaro Valle

PSD
Cleto Falcão

Paulo de Almeida

PSB
Miguel Arraes

Roberto Franca

PC do B
Haroldo Lima

Aldo Rebelo

PSC
Augusto Farias

1 vaga

Secretária: Andreia Maura Versiani de Miranda
Ramais: 6993 a 6996
Reuniões: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10horas – Plenário, sala 2

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Deputado Laíre Rosado (PMDB)
1º Vice-Presidente: Deputado Nilton Baiano (PMDB)
2º Vice-Presidente: Deputada Fátima Pelaes (PFL)
3º Vice-Presidente: Deputado Clóvis Assis (PSDB)

Titulares

Suplentes

PMDB
Antônio Britto
Armando Costa
Euler Ribeiro
Jorge Tadeu Mudalen
Laíre Rosado
Nilton Baiano
Paulo Novaes
Rita Camata
Zuca Moreira

Derval de Paiva
Genésio Bernardino
Hermínio Calvino
Ivandro Cunha Lima
Mauro Sampaio
Merval Pimenta
3 vagas

PFL
Everaldo de Oliveira
Fátima Pelaes
Ivânio Guerra
Jairo Carneiro
Marilu Guimarães
Pedro Corrêa
Rivaldo Medeiros

Átila Lins
Darci Coelho
George Takimoto
Jairo Azi
Maurici Mariano (PMDB)
Orlando Bezerra
Ronaldo Caiado

PPR
Arnaldo Faria de Sá
Cleonânio Fonseca
Francisco Evangelista
Heitor Franco
Otto Cunha
Paulo Duarte

Ângela Amin
Javis Gaidzinski
Maria Valadão
Ricardo Izar
2 vagas

PSDB
Antônio Faleiros
Clovis Assis
Maunílio Ferreira Lima
1 vaga

Carlos Sant'Anna (PP)
Geraldo Alckmin Filho
Marco Penaforte
Osmanio Pereira

PP
Delcino Tavares
Jofran Frejat
José Linhares
Paulo Portugal

Edmar Moreira
Eduardo Matias
Emani Viana
Renato Johnsson

PDT
Cidinha Campos
Liberato Caboclo
Lúcia Braga

Benedito de Figueiredo
Carlos Alberto Campista
Marino Clinger

PT
Eduardo Jorge
João Paulo
Paulo Bernardo

Luci Choinacki
Paulo Paim
Waldomiro Fioravante

PTB
José Carlos Aleluia (PFL)
Roberto Jefferson

Reinhold Stephanes
Rodrigues Palma

PL
Joaquim Sucena (PTB)

Oscar Travassos

PSD
Olavó Calheiros (PMDB)

1 vaga

PSB
Jamil Haddad

Ricardo Moraes

PC do B
Jandira Feghali

Sérgio Miranda

PPS
Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

PSC
Antônio Holanda

1 vaga

Secretária: Miriam Maria Bragança Santos
Ramais: 7016 a 7021
Reunião: 4ªs feiras, 10horas – Plenário, sala 9

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Deputado Paulo Rocha (PT)
1º Vice-Presidente: Deputado José Cicoto (PT)
2º Vice-Presidente: Deputado Merval Pimenta (PMDB)
3º Vice-Presidente: Deputado Edi Siliprandi (PSD)

Titulares

Suplentes

PMDB
Marcelo Barbieri
Mauri Sérgio
Merval Pimenta
Wanda Reis

Alberto Goldman
João Almeida
Roberto Valadão
Zaire Rezende

PRN

Paulo Octavio
 Secretário: Moises Lobo da Cunha
 Ramais: 6973/6976
 Reunião: 4ªs feiras, 10horas – Plenário, sala 12

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Deputado Luciano Pizzatto (PFL)
 1º Vice-Presidente: Deputado Aldir Cabral (PFL)
 2º Vice-Presidente: Deputado Wemer Wanderer (PFL)
 3º Vice-Presidente: Deputada Etevalda Grassi de Menezes (PTB)

Titulares **Suplentes**

PMDB

Hélio Rosas	Euler Ribeiro
João Fagundes	Ivo Mainardi
João Thomé	João Henrique
Marcelo Barbieri	José Augusto Curvo
Mário Martins	2 vagas
Vimondes Cruvinel	

PFL

Alacid Nunes	Átila Lins
Aldir Cabral	Marilu Guimarães
Luciano Pizzatto	Paes Landim
Osório Adriano	Roberto Jefferson (PTB)
Wemer Wanderer	Roberto Magalhães

PPR

Carlos Azambuja	Carlos Virgílio
Fábio Meirelles	José Luiz Maia
Fernando Carrion	Oswaldo Bender
Heitor Franco	Telmo Kirst

PSDB

José Aníbal	Jackson Pereira
Moroni Torgan	Marco Penaforte
Paulino Cícero de Vasconcellos	Paulo Silva

PP

Edmar Moreira	Benedito Domingos
Mauro Borges	Jofran Frejat
Valdenor Guedes	Raul Belém

PDT

Élio Dalla-Vecchia	Paulo Ramos
Vital do Rêgo	Wilson Müller

PT

José Genoíno	Hélio Bicudo
Orlando Bezerra (PFL)	José Dirceu

PTB

Etevalda Grassi de Menezes	Francisco Rodrigues
Robson Tuma (PL)	Paulo Heslander

PL

Maurício Campos	Welinton Fagundes
-----------------	-------------------

PSD

Ricardo Murad	Irani Barbosa
---------------	---------------

Secretária: Marci Bernardes Ferreira
 Ramais: 6998/6999/7000
 Reunião: 4ª feira – 9horas – Plenário, Sala 19

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Presidente: Deputado Welinton Fagundes (PL)
 1º Vice-Presidente: Deputado José Egydio (PL)
 2º Vice-Presidente: Deputado Nan Souza (PP)
 3º Vice-Presidente: Deputado Nilmário Miranda (PT)

Titulares**Suplentes****PMDB**

Carlos Nelson	Homero Oguido
Edison Andrino	Jório de Barros
Haley Margon	Ronaldo Perim
José Augusto Curvo	Vimondes Cruvinel
1 vaga	1 Vagas

PFL

César Bandeira	Ciro Nogueira
Jorge Khoury	Iberê Ferreira
José Egydio (PL)	Jonival Lucas
Vicente Fialho	Messias Gois

PPR

Armando Pinheiro	José Burnett
João Rodolfo	Pedro Pavão
Ronivon Santiago	Prisco Viana

PSDB

Marcos Formiga	Jutahy Júnior
Sérgio Machado	Laerte Bastos

PP

Carlos Camurça	Djenal Gonçalves (PSDB)
Nan Souza	Flávio Derzi
1 vaga	Maria Luiza Fontenele (PSTU)

PDT

Junot Abi-Ramia	José Carlos Coutinho
Luiz Salomão	Miro Teixeira

PT

José Fortunati	Eduardo Jorge
Nilmário Miranda	Paulo Rocha

PTB

Paes Landim (PFL)	Hilário Coimbra
-------------------	-----------------

PL

Welinton Fagundes	Valdemar Costa Neto
-------------------	---------------------

PSB

1 vaga	Luiz Piauhyllino
--------	------------------

PSTU

Wilson Cunha (PTB)	Ernesto Gradella
--------------------	------------------

Secretário: Estevam dos Santos Silva
 Ramal: 6976
 Reunião: 3ª, 4ª e 5ª feiras as 10horas – Plenário 17

COMISSÕES TEMPORÁRIAS
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
"DESTINADA A APURAR AS INÚMERAS
IRREGULARIDADES NO INSTITUTO NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL - INAMPS"

Proposição: REQ - 0013/91 Autor: Jackson Pereira
 Presidente:
 1º Vice-Presidente: Liberato Caboclo (PDT)
 2º Vice-Presidente: Haroldo Sabóia (PT)
 3º Vice-Presidente: Ivânio Guerra (PFL)
 Relator: Jackson Pereira (PSDB)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Everaldo de Oliveira		George Takimoto
César Bandeira		Maurício Najari
Ivânio Guerra		Rivaldo Medeiros

	PMDB	
Armando Costa		Nilton Baiano
Euler Ribeiro		Paulo Novaes
Vago		Zuca Moreira

	PPR	
José Lourenço		Pedro Pavão
Jair Bolsonaro		Tadashi Kuriki

	PL	
Nelson Bomier		Robson Tuma

	PTB	
Roberto Jefferson		Wilson Cunha

	PDT	
Liberato Caboclo		Cidinha Campos

	PSDB	
Jackson Pereira		Tuga Angerami

	PT	
Haroldo Sabóia		Paulo Bernardo
Secretário: Maria Auxiliadora Benevides Montenegro		
Local: Anexo II - Ala Nova - 2º piso - Fone: 318-7055		

"DESTINADA A APURAR A FUGA DE CAPITAL E A
EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL"

Proposição: REQ-0018/91 Autor: Paulo Ramos
 Presidente: Gonzaga Mota (PMDB)
 1º Vice-Presidente: José Lourenço (PPR)
 2º Vice-Presidente: José Aníbal (PSDB)
 3º Vice-Presidente: Nan Souza (PP)
 Relator: Manoel Castro (PFL)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Germano Rigotto		Antonio Barbara
Gonzaga Mota		José Belato
Jose Tomaz Nonô		José Maranhão

	PPR	
Fernando Freire		Elter Júnior
José Lourenço		Hugo Biehl

	PFL	
Manoel Castro		Tony Gel
Rubem Medina		Tourinho Dantas

	PTB	
Félix Mendonça		Carlos Kayath

	PP	
Nan Souza		Renato Johnsson

	PRN	
Zé Gomes da Rocha		1 Vaga

	PDT	
Paulo Ramos		Mendonça Neto

	PSDB	
José Aníbal		Jackson Pereira

	PT	
José Dirceu		Luiz Gushiken

Secretário: Regina Maria Veiga Brandão
 Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-7056

COMISSÕES ESPECIAIS

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E
DAR PARECER SOBRE O PROJETO DE
LEI Nº 2.057, DE 1991, QUE "INSTITUI O ESTATUTO
DAS SOCIEDADES INDÍGENAS"

Titulares		Suplentes
	PFL	
Elísio Curvo (PTB)		Alacid Nunes
Luciano Pizzatto		Átila Lins
Ruben Bento		George Takimoto
Sérgio Barcellos		Heitor Franco (PPR)
Tadashi Kuriki		Tony Gel

	PMDB	
Domingos Juvenil		Armando Costa
João Fagundes		Euler Ribeiro
Valter Pereira		Hemínio Calvino
Zaire Rezende		Mauri Sergio

	PPR	
Ângela Amin		Célia Mendes
Avenir Rosa (PP)		Maria Valadão
Luciano Castro		Paudemey Avelino

	PSDB	
Fábio Feldmann		Edmundo Galdino
Tuga Angerami		Osmânio Pereira

	PDT	
Beth Azize		Aroldo Goes
Sidney de Miguel (PV)		Giovanni Queiroz

	PSB	
José Carlos Sabóia		Uldurico Pinto
	PL	
Getúlio Neiva		João Teixeira
	PTB	
Francisco Rodrigues		Alceste Almeida
	PT	
Lourival Freitas		Ricardo Moraes (PSB)

Secretário: Edla Calheiros Bispo
Local: Anexo II – Ala Nova – 2º Piso – Fone: 318-7069

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA, NOS TERMOS DO ART. 34, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO, PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODOS OS PROJETOS DE LEI, EM TRÂMITE NA CASA, RELATIVOS À REGULAMENTAÇÃO DO ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Presidente: Benito Gama (PFL)
1º Vice-Presidente: José Lourenço (PPR)
Relator: Gonzaga Mota (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Benito Gama		Mussa Demes
Ézio Ferreira		Paes Landim
Gilson Machado		Roberto Magalhães
José Múcio Monteiro		Tourinho Dantas
Ricardo Fiuza		1 vaga
	PMDB	
Germano Rigotto		Etevalda Grassi de Menezes (PTB)
Gonzaga Mota		José Dutra
José Luiz Clerot		Odacir Klein
Luís Roberto Ponte		1 vaga
	PPR	
Francisco Dordelles		Fetter Júnior
José Lourenço		Paudemey Avelino
Paulo Mandarinó		Roberto Campos
	PSDB	
Beraldo Boaventura		José Serra
Jackson Pereira		Sérgio Gaudenzi
	PDT	
Liberato Caboclo		Márcia Cibilis Viana
Marino Clinger		Valdomiro Lima
	PL	
Jones Santos Neves		Flávio Rocha
	PTB	
Gastone Righi		Rodrigues Palma
	PT	
José Fortunati		Paulo Bernardo

Secretário: Silvio Sousa da Silva
Local: Anexo II – Ala Nova – 2º Piso – Fone: 318-706

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO ART. 34, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO, PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODAS AS PROPOSIÇÕES, EM TRÂMITE NESTA CASA, REFERENTES À POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Presidente: Paulo Mandarinó (PPR)
1º Vice-Presidente: Etevaldo Nogueira (PFL)
2º Vice-Presidente: Paulo Portugal (PP)
3º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PSDB)
Relator: Hélio Rosas (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Hélio Rosas		Edison Andrino
Luís Roberto Ponte		Freire Júnior
Mauro Miranda		José Augusto Curvo
Oswaldo Stecca		Nicias Ribeiro
Pedro Irujo		Olavo Calheiros
Sérgio Naya		1 Vaga
Zaire Rezende		
	PPR	
Armando Pinheiro		Jarvis Gaidzinki
Fernando Carrion		José Teles
João Rodolfo		Ronivon Santiago
José Lourenço		Pedro Novais
Paulo Mandarinó		1 Vaga
Prisco Viana		
	PFL	
César Bandeira		Ciro Nogueira
Etevaldo Nogueira		Eduardo Matias (PP)
Jorge Khory		Jairo Carneiro
José Mendonça Bezerra		Marilu Guimarães
José Reinaldo		Osório Adriano
1 Vaga		
	PDT	
Luiz Salomão		Edson Silva
Miro Teixeira		Junot Abi-Ramia
Paulo Portugal (PP)		Max Rosenmann
Paulo Ramos		
	PT	
Edésio Passos		Carlos Santana
Eduardo Jorge		José Fortunati
Nilmário Miranda		
	PSDB	
Antonio Faleiros		José Abrão
Flávio Ams		Laerte Bastos
Rose de Freitas		
	PTB	
Etevalda Grassi de Menezes		Gastone Righi
Felix Mendonça		Rodrigues Palma
	PP	
Delcino Tavares		João Maia
Pedro Abrão (PTB)		Renato Johnsson
	PC do B	
Sergio Miranda		Socorro Gomes

PSB
 Maria Luiza Fontenele (PSTU) 1 Vaga
PRN
 Paulo Octávio Zé Gomes da Rocha
PL
 1 Vaga Jones Santos Neves

Secretário: Silvio Sousa da Silva
 Local: Anexo II – Ala Nova – 2º Piso – Fone: 318-7065

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
 ACOMPANHAR AS CONSEQUÊNCIAS DA SECA
 NO NORDESTE, ASSIM COMO AS PROVIDÊNCIAS
 QUE ESTÃO SENDO TOMADAS PARA O
 ATENDIMENTO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS**

Presidente: José Carlos Vasconcellos (PRN)
 1º Vice-Presidente: Everaldo de Oliveira (PFL)
 2º Vice-Presidente: José Teles (PPR)
 3º Vice-Presidente: Luiz Girão (PDT)
 Relator: Pinheiro Landim (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB
 João Henrique João Natal
 Nestor Duarte João Belato
 Nilson Gibson (PMN) Nelson Proença
 Odacir Klein Neuto de Conto
 Pinheiro Landim Olavo Calheiros
 Zuca Moreira Roberto Valadão
 1 Vaga 1 Vaga

PFL
 Antonio dos Santos Aroldo Cedraz
 Ciro Nogueira Francisco Coelho
 Efraim Morais Humberto Souto
 Everaldo de Oliveira Iberê Ferreira
 José Falcão Jorge Khoury
 Vicente Fialho Rivaldo Medeiros

PPR
 Aécio de Borba Carlos Virgílio
 Arno Magarinos Daniel Silva (PFL)
 João Rodolfo Fernando Freire
 José Teles Hugo Biehl
 Vitorio Malta José Luiz Maia

PT
 Alcides Modesto Jaques Wagner
 Chico Vigilante Lúci Choinacki
 Sidney de Miguel (PV) Valdir Ganzer

PDT
 Benedito de Figueiredo Edson Silva
 Luiz Girão Lucia Braga
 Vital do Rego Mendonça Neto

PSDB
 João Faustino Jabes Ribeiro
 Moroni Torgan Paulo Silva
 1 Vaga 1 Vaga

PTB
 Roberto Torres Mauro Fecury (PFL)
 Wilson Cunha Otto Cunha (PPR)

PP
 José Linhares Ernani Viana
 Vidão Gomes Nan Souza

PC do B
 Renildo Calheiros Haroldo Lima

PSB
 Ariosto Holanda (PSDB) Álvaro Ribeiro

PRN
 José Carlos Vasconcellos Tony Gel (PFL)

PL
 Ribeiro Tavares Sérgio Brito (PSD)

Secretário: Maria Helena C. de Oliveira
 Local: Anexo II – Ala Nova – 2º Piso – Fone: 318-7066

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E
 DAR PARECER SOBRE O PROJETO
 DE LEI Nº 3.981/93, QUE "DISPÕE SOBRE A
 SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DA PRODUÇÃO E
 DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUE
 CONTENHAM ASBESTO/AMIANTO"**

Titulares **Suplentes**

PMDB
 Haley Margon Derval de Paiva
 João Almeida Jorge Tadeu Mudalen
 Marcos Lima Laíre Rosado
 Nilton Baiano Paulo Novaes
 Virmondes Cruvinel Pedro Tassis

PPR
 Maria Valadão Antonio Morimoto
 Paulo Duarte Osvaldo Bender
 Paulo Mourão Paulo Mandarino
 Tadashi Kuriki 1 Vaga

PFL
 José Jorge Evaldo Gonçalves
 Luciano Pizzatto George Takimoto
 Pedro Corrêa Maurício Najar
 Vilmar Rocha Rivaldo Medeiros

PP
 Marcos Medrado João Maia
 Pedro Abrão (PTB) José Maria Eymael (PPR)

PT
 Eduardo Jorge Luci Choinacki
 João Paulo Paulo Delgado

PDT
 Liberato Caboclo Luiz Girão
 Mariano Clinger Paulo Portugal (PP)

PSDB
 Adroaldo Streck Jabes Ribeiro
 Antonio Faleiros Munhoz da Rocha

PSB
Ariosto Holanda (PSDB) Álvaro Ribeiro
PRN
Elísio Curvo (PTB) Wagner do Nascimento (PP)
PTB
Matheus Iensen (PSD) Alceste Almeida
PL
Sérgio Brito (PSD) João Teixeira

Secretário:
Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone:

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E
DAR PARECER SOBRE TODAS AS PROPOSIÇÕES,
EM TRÂMITE NA CASA, REFERENTES À
LEGISLAÇÃO PARTIDÁRIA E ELEITORAL, EM
ESPECIAL AOS PROJETOS DE LEI N.ºS 1.670/89,
4.176/93; E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA,
ESPECIALMENTE O PROJETO DE LEI N.º 3.325/89**

Titulares		Suplentes
	PFL	
Jorge Khoury		Antonio dos Santos
José Santana de Vasconcellos		Evaldo Gonçalves
Ney Lopes		Jesus Tajra
Vilmar Rocha		Maurício Calixto
	PMDB	
João Almeida		Armando Costa
Neuto de Conto		Jório de Barros
Valter Pereira		Nícias Ribeiro
Virmondes Cruvinel		Pinheiro Landim
	PPR	
Prisco Viana		Armando Pinheiro
Sandra Cavalcanti		Celso Bernardi
Victor Faccioni		Roberto Balestra
	PT	
José Dirceu		Sandra Starling
Paulo Delgado		Waldomiro Fioravante
	PDT	
Miro Teixeira		Carrión Júnior
Vivaldo Barbosa		Wilson Müller
	PSDB	
Helvécio Castello (PT)		Artur da Távola
José Abrão		Sérgio Machado
	PSD	
Edi Siliprandi		Orlando Pacheco
	PPS	
Sérgio Arouca		Augusto Carvalho
	PC do B	
Haroldo Lima		Sergio Miranda

PP
Benedito Domingos Valdenor Guedes
PTB
Israel Pinheiro Gastone Righi
PL
Alvaro Vale Valdmir Costa Neto
PRN
Paulo Octávio José Burnett (PPR)
Secretário: Brunilde Liviero C. de Moraes
Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-7065

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR
E DAR PARECER SOBRE TODAS AS PROPOSIÇÕES,
EM TRÂMITE NESTA CASA, REFERENTES À
LEGALIZAÇÃO DO JOGO**

Presidente: Aracely de Paula (PFL)
1º Vice-Presidente: Vasco Furlan (PPR)
2º Vice-Presidente: Jackson Pereira (PSDB)
3º Vice-Presidente: Dércio Knop (PDT)
Relator: Pinheiro Landim (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Abelardo Lupion		Aldair Cabral
Aracely de Paula		Ivan Burity
José Carlos Aleluia		Ivânio Guerra
Maurício Najar		Waldir Guerra
	PMDB	
Domingos Juvenil		Edson Andrino
José Dutra		Felipe Neri
Pinheiro Landim		Mauri Sérgio
Walter Nory		Mauro Miranda
	PPR	
Beto Mansur		Osvaldo Bender
Ricardo Izar		Samir Tannus
Vasco Furlan		Victor Faccioni
	PT	
Hélio Bicudo		Chico Vigiente
Irma Passoni		José Cicote
	PDT	
Carlos Cardinal		Edson Silva
Dércio Knop		Élio Dalla-Vecchia
	PSDB	
Artur da Távola		Osmânio Pereira
Jackson Pereira		Vittorio Mediolli
	PP	
Edmar Moreira		Carlos Scarpelini
Mário Chermont		Mário Oliveira
	PSB	
Luiz Piauhyllino		José Carlos Saboia
	PTB	
Gastone Righi		Carlos Roberto Massa
Secretário: Rejane Salete Marques		
Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-6874		

**COMISSÃO ESPECIAL PARA DAR PARECER SOBRE
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 17, DE 1991, QUE "DISPÕE SOBRE O SISTEMA
TRIBUTÁRIO NACIONAL"**

Proposição: PEC-0017/91 Autor: Flávio Rocha
Presidente: Osório Adriano (PFL)
2º Vice-Presidente: Jackson Pereira (PSDB)
3º Vice-Presidente: João Henrique (PMDB)
Relator: Luís Roberto Ponte (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB
Amando Costa Joni Varisco
João Henrique José Belato
Luís Roberto Ponte José Maranhão
Walter Nory 1 Vaga

PFL
Mussa Demes Everaldo de Oliveira
Osório Adriano José Burnett (PPR)
Renato Johnsson (PP) Lael Varella
Waldir Guerra Orlando Bezerra

PPR
Pauderney Avelino Francisco Diógenes (PMDB)
Roberto Campos José Lourenço

PDT
Valdomiro Lima Aldo Pinto
1 Vaga Miro Teixeira

PP
Marcelo Luz Carlos Camurça

PL
Flávio Rocha Jones Santos Neves

PSDB
Jackson Pereira Sérgio Gaudenzi

PT
Aloizio Mercadante Paulo Bernardo

PTB
Rodrigues Palma 1 Vaga

Secretário: Marlene Nassif
Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-7066

COMISSÕES EXTERNAS

**COMISSÃO EXTERNA PARA ATUAR JUNTO AOS
FAMILIARES DOS MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS APÓS 1964, NA
LOCALIZAÇÃO DOS SEUS RESTOS MORTAIS**

Presidente: Nilmário Miranda (PT)

Titulares

PDT
Cidinha Campos

Paulo Ramos

PT

José Dirceu

Nilmário Miranda

PMDB

Maurici Mariano

Roberto Valadão

PV

Sidney de Miguel

PC do B

Haroldo Lima

PSDB

Sigmaringa Seixas

PSB

Roberto Franca

Secretário: Rubmaier Antunes

Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-7055

**COMISSÃO EXTERNA CRIADA PARA INVESTIGAR
AS DENÚNCIAS DE PERDAS DE ALIMENTOS
ARMAZENADOS NA REDE OFICIAL E PRIVADA**

Coordenador: Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)

Titulares

PSDB

Sigmaringa Seixas
Tuga Angerami

PRN

Elísio Curvo (PTB)

PTB

Carlos Roberto Massa

PPS

Augusto Carvalho

PL

Diogo Nomura

PMDB

Ivo Mainardi

PFL

Ronaldo Caiado

PPR

Antonio Morimoto

PDT

Carlos Lupi

PT

Jaques Wagner

Secretário: Rejane Salete Marques

Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-7066

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR
AS INVESTIGAÇÕES, PROPOSTAS ATRAVÉS DO
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

**Nº 2.686/93, SOBRE
"LOTERIAS E QUAISQUER OUTRAS FORMAS
DE TESTES OU SORTEIOS, EXPLORADAS PELA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DE PROPOR
SOLUÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO
DO SISTEMA"**

Coordenador: Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ)

Titulares

PT

José Genoíno

PDT

Miro Teixeira

PMDB

Luís Roberto Ponte

PFL

Mussa Demes

PSDB

Sigmaringa Seixas

Secretário: Heris Medeiros Joffily

Local: Anexo II – Ala Nova – 2º Piso – Fone: 318-7065

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral R\$ 23,53

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral R\$ 23,53

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Outros títulos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Comentários por João Barbalho U. C.

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

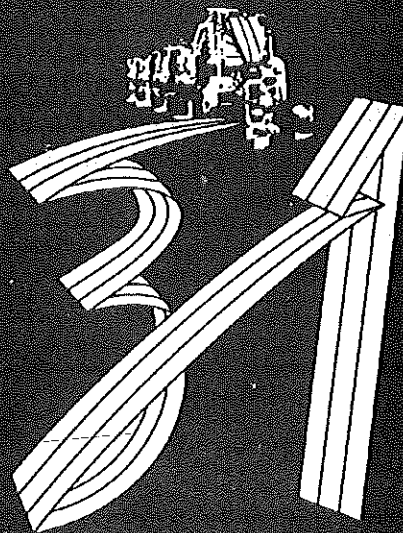
CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S
1963 1994**

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS